

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA JURÍDICA

CÓDIGO: JFJ0055

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Abrangência e futuro da Antropologia; Conceito de cultura; Modernidade líquida; Teorias da Etnicidade; Estado nacional; Luta pela diferença; Justiça comunitária.

OBJETIVO GERAL: Compreender o pensamento antropológico em toda a sua complexidade, a partir das teorias diversas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Obter noções sobre cultura e suas relações com o direito.
2. Adquirir competências a respeito da antropologia do poder, da justiça, da etnia.
3. Enfrentar o debate sobre a luta pela diferença envolvendo indígenas e quilombolas.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – ANTROPOLOGIA

1.1 Abrangência e futuro da Antropologia

UNIDADE II- CULTURA E SEUS SIGNIFICADOS

2.1 Conceito de cultura como sistema simbólico

2.2 O relativismo cultural.

2.3 Cultura, identidade e comunidade.

2.4 A ruptura com o etnocentrismo.

UNIDADE III- MODERNIDADE LÍQUIDA, SABERES GLOBAIS E SABERES LOCAIS.

UNIDADE IV- ANTROPOLOGIA JURÍDICA

4.1 Conceito e abrangência.

4.2 Antropologia e Direito

UNIDADE V – VISÕES ANTROPOLÓGICAS DA ETNICIDADE

5.1 Teorias da etnicidade

5.2 Etnicidade, alteridade e tolerância.

5.3 Estado nacional, etnicidade e autodeterminação.

5.4 Novos atores e movimentos étnico-culturais

5.5 Etnicidade, indianidade e política.

UNIDADE VI - MULTICULTURALISMO, UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO

UNIDADE VII - IDENTIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

7.1 Luta pela diferença: indígena e Quilombolas

7.2 Justiça comunitária e administração de conflitos sob o prisma da Antropologia Jurídica.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo

Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLAÇO, Thais Luzia, (Org.). **Elementos de Antropologia Jurídica**. 2.ed.São Paulo:Conceito, 2011.

BAUMAN, Zygmunt.**Modernidade Líquida**.Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt.**Identidade**.Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

HELLER, Agnes et alii. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**, Rio de Janeiro: Contrapontos, 1999.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**, São Paulo:Contexto, 2014.

POUTIGNAT, Philippe; STREIF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. BARTH, Fredrick. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo:UNESP, 1998.

SOUZA, Alvaro Reinaldo de. **Minorias étnicas: povos indígenas no Brasil. Eficácia dos Direitos Constitucionais**. Mimeo.UFSC, 2002.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO: DE FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: **COMUNICAÇÃO E REDAÇÃO**

CÓDIGO: JFJ0006

CARGA HORÁRIA: **30 h**

CRÉDITOS: **2**

EMENTA:

O processo de comunicação. Comunicação e linguagem. O aprimoramento das habilidades de interação social comunicativas. A relevância da comunicação técnico-científica. O uso apropriado dos conceitos e das estratégias argumentativas em trabalhos acadêmicos. A redação desses trabalhos e seu rigor linguístico e metodológico. Retórica contemporânea e competência comunicativa.

OBJETIVO GERAL:

Aprimorar a competência comunicativa, qualificando-o como produtor e intérprete de textos (acadêmicos ou não).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

(1) apurar a capacidade para a construção de argumentos;

(2) aperfeiçoar o seu domínio dos padrões da língua culta;

(3) aprofundar a compreensão e o domínio dos conceitos de valores – em particular, a coesão e a coerência textuais.

CONTEÚDOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

- 1.1 Noção de texto
- 1.2 Variações linguísticas: modalidades e registros da língua
- 1.3 Tipologia textual; funções da linguagem

2 TEXTUALIDADE, CONSTRUÇÃO DE SENTIDO E ARGUMENTAÇÃO

- 2.1 Discurso, texto e enunciação
- 2.2 Discurso dissertativo de cunho científico: a comunicação científica
- 2.3 Coerência e coesão textuais
- 2.4 Intertextualidade, polifonia e estratégias argumentativas
- 2.5 Falácias argumentativas: como eliminá-las

3 VOCABULÁRIO, CONTEXTO E LEITURA CRÍTICA

3.1 Semântica e Pragmática Linguística

3.2 Adequação e ampliação vocabular

3.3 Leitura e interpretação textual

3.4 Domínio dos conceitos

4 PADRÕES DA LINGUA CULTA

4.1 Estrutura e formação do período composto

4.2 Sintaxe de concordância, de regência e de colocação

4.3 Domínio da flexão verbal

4.4 Ortografia e acentuação gráfica

4.5 Correção dos vícios de linguagem

5 PRODUÇÃO DE TEXTOS

5.1 Resumos. Diferenças básicas entre resumo e o fichamento.

5.2 Resenha

5.3 Artigo de opinião

5.4 Trabalho de natureza monográfica

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNEIRO, Agostinho. Redação em construção: a escrita do texto. 6.ed. São Paulo: Moderna, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 2016.

PERELMAN, Chaïm. Retóricas. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Antonio Soares. Curso de redação. 12.ed. São Paulo: Ática, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida Mesquita. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Gramática do português contemporâneo. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacir. Comunicação em prosa moderna. 24.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2008

_____. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2016.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado de argumentação: a nova retórica. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO ADMINISTRATIVO I**

CÓDIGO: JDP0052

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: **Direito** Administrativo e a ordem profissões administrativas. Administração Pública. Poderes e Deveres. Administrativos. Órgãos Administrativos. Organização da Administração Pública Federal. Ato Administrativo. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Servidores Públicos.

OBJETIVO GERAL: Compreender o conceito de Administração Pública Administrativo (atos e processos administrativos) de forma interdisciplinar a interpretá-lo e aplicá-lo na prática e na teoria e identificar o regime de pessoal, os cargos, formas de acesso a cargos, empregos e funções

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1) Compreender a Administração Pública, seus fundamentos, princípios gerais e estrutura.

2) Compreender a administração pública centralizada e descentralizada e seus órgãos e agentes públicos, bem assim o serviço público em geral e as formas de seu exercício.

3) Propiciar ao aluno uma visão ampla da Administração Pública, através do estudo da legislação, doutrina e jurisprudência relativas ao Estado Contemporâneo.

CONTEÚDOS

UNIDADE 1 – Direito Administrativo e a Ordem Profissões administrativas

- 1.1. Considerações gerais: formação, objeto e conceito
- 1.2. Sistema Administrativo Brasileiro: sistema misto administrativo-judicial
- 1.3. Codificação do direito administrativo
- 1.4. Estado e Administração-governo
 - 1.4.1. Poderes do Estado
 - 1.4.2. Poderes do Governo

UNIDADE 2 – Administração Pública

- 2.1. Considerações gerais: objeto e conceito
- 2.2. Administração Pública
 - 2.2.1. Estruturação: direta e indireta
 - 2.2.2. Funcionamento
 - 2.2.3. Finalidades
- 2.3. Princípios da Administração Pública
 - 2.3.1. Legalidade
 - 2.3.2. Moralidade
 - 2.3.3. Impessoalidade ou finalidade
 - 2.3.4. Razoabilidade e proporcionalidade

2.3.5. Publicidade

2.3.6. Eficiência

2.3.7. Segurança profissões administrativas

2.3.8. Motivação

2.3.9. Ampla defesa e contraditório

2.3.10. Interesse público ou supremacia do interesse público

UNIDADE 3 – Poderes e Deveres Administrativos

3.1. Poderes Administrativos

3.1.1. Poder vinculado

3.1.2 Poder discricionário

3.1.3. Poder regulamentar

3.1.4. Poder disciplinar

3.1.5. Poder de polícia

3.1.6. Polícia sanitária

3.2. Poder-Dever do administrador público

3.2.1. Poder-dever de agir

3.2.2. Poder-dever de eficiência

3.2.3. Poder-dever de probidade

3.2.4. Poder-dever de prestar contas

UNIDADE 4 – Órgãos Administrativos

4.1. Órgão públicos: conceito e classificação

4.1.1. Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos

4.1.2. Órgãos simples e compostos

4.1.3. Órgãos singulares ou coletivos

UNIDADE 5 – Organização da Administração Pública Federal

5.1. Modos de atuação da Administração Pública

5.1.1. Centralizadas e descentralizadas

5.1.2. Concentradas e desconcentradas

5.2. Princípios da Administração Federal

5.2.1. Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle

5.3. Administração Pública Direta

5.3.1. Órgãos Dirigentes da Administração Federal

5.1.3.1. Ministérios

5.1.3.2. Secretarias

5.3.2. Órgãos de Assessoramento

5.3.2.1. Conselho da República

5.3.2.2. Conselho de Defesa Nacional

5.3.2.3. Conselho de Governo

5.3.2.4. Administrador-Geral da União

5.3.2.5. Órgão de Assessoramento dos Ministros de Estado

5.3.3. Outros Órgãos da Administração Federal

5.4. Administração Pública Indireta

5.4.1. Entidades Autárquicas

5.4.2. Entidades Fundacionais

5.4.3. Empresa Pública

5.4.4. Sociedade de Economia Mista

5.5. Agências Executivas

5.6. Agências Reguladoras

UNIDADE 6 – Ato Administrativo

6.1. Conceito e características

6.1.1. Ato administrativo e ato jurídico

6.2. Requisitos

6.2.1. Competência

6.2.2. Finalidade

6.2.3. Forma

6.2.4. Motivo

6.3. Atributos

6.3.1. Presunção de legitimidade

6.3.2. Imperatividade

6.3.3. Auto

-executoriedade

6.4. Classificação

6.4.1. Atos gerais e individuais

6.4.2. Atos internos e externos

6.4.3. Atos de império, de gestão e de expediente

6.4.4. Atos vinculados e discricionários

6.5. Espécies

6.5.1. Atos normativos

6.5.2. Atos ordinários

6.5.3. Atos negociais

6.5.4. Atos enunciativos

6.5.5. Atos punitivos

6.6. Extinção do ato administrativo

6.6.1. Revogação

6.6.2. Anulação

6.6.3. Anulação pela própria Administração

6.6.4. Anulação pelo Poder Judiciário

6.7. Convalidação dos atos administrativos

UNIDADE 7 – Serviços Públicos

7.1. Conceito

7.2. Classificação

7.2.1. Serviços públicos

7.2.2. Serviços de utilidade pública

7.2.3. Serviços próprios do Estado

7.2.4. Serviços impróprios do Estado

7.2.5. Serviços administrativos

7.2.6. Serviços industriais

7.2.7. Serviços gerais

7.2.7. Serviços individuais

7.3. Características

7.4. Direito dos usuários

7.5. Execução do serviço

UNIDADE 8– Agentes Públicos

8.1. Organização do agentes público

8.2. Agentes públicos: conceito e classificação

8.2.1. Agentes Administrativos

8.2.2. Agentes Políticos

8.2.3. Agentes Honoríficos

8.2.4. Agentes Delegados

8.2.5. Agentes Credenciados

8.3. Investidura dos Agentes Públicos

8.3.1. Investidura Administrativa

8.3.2. Investidura Política

8.3.3. Investidura Originária e derivada

8.3.4. Investidura Vitalícia

8.3.5. Investidura Efetiva

8.3.6. Investidura em Comissão

UNIDADE 9 – Servidores Públicos

9.1. Conceito e classificação

9.2. Normas constitucionais pertinentes

- 9.2.1. Direitos Adquiridos e Emenda Constitucional
- 9.2.2. Limites de despesa com pessoal (LRF – Responsabilidade fiscal)
- 9.2.3. Irredutibilidade de vencimentos
- 9.3. Acessibilidade aos cargos
 - 9.3.1. Provimento efetivo
 - 9.3.2. Cargo em comissão
- 9.4. Concurso público
- 9.5. Princípio da isonomia
- 9.6. Sistema remuneratório
- 9.7. Limitações quanto aos vencimentos – teto constitucional
- 9.8. Direito de greve e de livre associação sindical
- 9.9. Proibição de acumulação de cargos
- 9.10. Aposentadoria
- 9.11. Estabilidade
- 9.12. Exoneração e demissão
- 9.13. Vacância
- 9.14. Deveres dos servidores
 - 9.14.1. Dever de lealdade
 - 9.14.2. Dever de obediência
 - 9.14.3. Dever de conduta ética
 - 9.14.4. Outros deveres
- 9.15. Responsabilidade dos servidores

9.15.1. Civil e Administrativo

9.15.3. Penal

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

ATIVIDADES EXTRACLASSE

- Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula sobre negro, índio,

multiculturalismo, questão ambiental. Resolução de problemas técnicos. Pesquisa na internet sobre administração pública. Elaboração análises de casos de sucesso ou fracasso da Administração Pública.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo

Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de direito administrativos, Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Administração Pública administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Administração Públicaadministrativo. 18.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativos, Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SOUTO, Marcos Juruema Villela. Direito administrativo das concessões. 5. ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004

GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 22^a ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO ADMINISTRATIVO II**

CÓDIGO: JDP0059

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Administração indireta. Da licitação pública. Contrato administrativo. Domínio público. Intervenção na propriedade. Intervenção no domínio econômico. Responsabilidade civil da administração pública. Controle da administração pública.

OBJETIVO GERAL: Propiciar ao aluno uma visão ampla da Administração Pública, através do estudo da legislação, doutrina e jurisprudência relativas ao Estado Contemporâneo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1- Analisar os requisitos dos contratos administrativos para diferenciá-los dos contratos regulados no direito civil.

2- Compreender as formas adotadas para identificação do ato administrativo e a constitucionalidade do controle dos

respectivos atos

3- Conhecer as formas de intervenção do Estado na propriedade previstas na Constituição Federal e os princípios

do Direito Administrativo

4- Identificar o regime de trabalho adotado na Administração Pública para ocupar cargos, formas de acesso a

cargos, empregos e funções, sistema de remuneração do servidor público

5- Avaliar as condutas do Poder Público e a responsabilidade civil decorrente de seus atos

CONTEÚDOS

UNIDADE I – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1.1 Constituição Federal e a Reforma Administrativa.

1.2 Critério classificador do decreto-lei 200/67: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de

economia mista.

1.3 Agências e Consórcios Públicos

1.4 Entidades Paraestatais e Terceiro Setor

1.5 Agências reguladoras e agências executivas.

UNIDADE II – DA LICITAÇÃO PÚBLICA

2.1. Conceito

2.2. Princípios

2.3. Obrigatoriedade

2.4. Dispensa e inexigibilidade

2.5. Procedimentos

2.6. Anulação, revogação e nulidade

2.7. Recursos

2.8. Modalidades (Concorrência. Tomada de preços. Convite. Concurso. Leilão. Pregão

2.9. Fases (Procedimentos. Recursos. Abertura de Ata)

2.10. Sanções penais

UNIDADE III – CONTRATO ADMINISTRATIVO

3.1. Teoria dos Contratos

3.2. Contratos cíveis e Contratos administrativos

3.3. Características

3.4. Cláusulas exorbitantes

3.5. Formalização do contrato administrativo

3.6. Execução do contrato administrativo

2.7. Inexecução do contrato administrativo

2.8. Teoria da imprevisão (caso fortuito, força maior, fato do príncipe e fato da administração)

2.9. Rescisão do contrato administrativo

2.10. Extinção do contrato administrativo (anulação, revogação, nulidade, conclusão)

2.11. Modalidades de contratos administrativos

2.11.1. Contrato de Obra Pública

2.11.2. Contrato de Serviço

2.11.3. Serviço Comum

2.11.4. Serviços Técnicos Profissionais

2.11.5. Outras espécies: Fornecimento, Concessão, Gerenciamento, Gestão e Termo de Parceria (PPP)

UNIDADE IV – DOMÍNIO PÚBLICO

- 4.1. Conceito
 - 4.2. Classificação (bens de uso comum, especial e dominical)
 - 4.3. Bens públicos
 - 4.3.1. Administração e utilização
 - 4.3.2. Regime jurídico
 - 4.3.3. Afetação e desafetação
 - 4.3.4. Alienação (venda, doação, dação, permuta, investidura e legitimação da posse)
 - 4.3.5. Aquisição
 - 4.3.6. Inoponibilidade da pretensão aquisitiva (não há usucapião)
 - 4.4. Espécies
 - 4.4.1. Terras públicas
 - 4.4.2. Águas públicas
 - 4.4.3. Jazidas
 - 4.4.4. Florestas
 - 4.4.5. Fauna
 - 4.4.6. Espaço aéreo
 - 4.4.7. Patrimônio histórico
 - 4.4.7.1. Tombamento
 - 4.4.8. Patrimônio genético
 - 4.4.9. Proteção ambiental
- UNIDADE V – INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE**
- 5.1. Conceito jurídico de propriedade

5.2. Intervenção na propriedade

5.2.1. Competência

5.3. Meios de intervenção

5.3.1. Desapropriação (direta, indireta, requisitos, indenização, desvio de finalidade e anulação)

5.3.2. Servidão administrativa

5.3.3. Limitação administrativa

5.3.4. Ocupação temporária

5.3.5. Requisição

5.3.6. Tombamento

UNIDADE VI – INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

6.1. Monopólio

6.2. Repressão ao abuso do poder econômico

6.3. Controle de abastecimento

6.4. Tabelação de preços

6.5. Criação de empresas paraestatais

6.6. Outras formas de domínio econômico

6.7. Direito econômico

UNIDADE VII – RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.1. Teoria da responsabilidade civil

7.1.1. Evolução doutrinária (teoria da culpa, teoria do risco administrativo e teoria do risco integral)

7.2. A responsabilidade civil da administração no Direito brasileiro

7.3. A reparação do dano

7.3.1. Ação de indenização

7.3.2. Ação regressiva

UNIDADE VIII – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.1. Considerações gerais

8.1.1. A necessidade de controle

8.1.2. Conceito de controle

8.1.3. Tipos e formas de controle (hierárquico, finalístico, interno, externo, popular, prévio, concomitante, corretivo, de mérito, de legalidade e de legitimidade)

8.2. Responsabilidade fiscal

8.3. Controle administrativo

8.4. Controle legislativo

8.5. Controle judicial

UNIDADE IX – Processo Administrativo

9.1. Processo e procedimento

9.1.1. Sistemas Administrativos

9.1.1.1. Sistema Contencioso Administrativo

9.1.1.2. Sistema de Controle Judicial

9.2. Processo administrativo e suas espécies

9.3. Princípios do processo administrativo

9.4. Fases do processo administrativo

9.5. Modalidades do processo administrativo

9.6. Processo administrativo disciplinar

9.7. Meios sumários

9.8. A administração em juízo

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

ATIVIDADES EXTRACLASSE

- Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula sobre negro, índio,

multiculturalismo, questão ambiental. Resolução de problemas técnicos. Pesquisa na internet sobre administração pública. Elaboração análises de casos de sucesso ou fracasso da Administração Pública.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas

realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUZANELLO, José Carlos. Legislação de Administração Pública administrativo. Rio de Janeiro: Universidade Unigranrio, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Administração Pública administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Administração Pública administrativo. 18.ed. Rio de Janeiro:

Lumen Juris, 2007. .

SOUTO, Marcos Juruena Villela. Direito administrativo das concessões. 5. ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris,

2004

CURRÍCULO VERSÃO

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

CÓDIGO: JDP0079

CARGA HORÁRIA: 30 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 2

EMENTA:

Direito Ambiental: Denominação da disciplina, História. Princípios. Fontes. Direito Ambiental na Constituição. Competências. Artigo 225. Poder de Polícia Ambiental. Avaliação Ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental. Proteção da Diversidade Biológica. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Meio Ambiente Urbano. Recursos Hídricos. Resíduos Sólidos.

PRÉ-REQUISITO: Direito Constitucional II

OBJETIVO GERAL:

Levar o aluno a compreender o direito ambiental como ramo autônomo do direito e sua relação com os princípios constitucionais, com o desenvolvimento sustentável, capacitando-o para resolver questões teóricas e práticas de aplicação dos instrumentos de direito ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Identificação, pelo aluno, do direito ambiental na Constituição, dos princípios constitucionais aplicáveis e de sua relação com a atividade econômica e seus princípios. Conceituação de desenvolvimento sustentável. Compreensão das normas gerais de direito ambiental e dos seus instrumentos. Resolução de questões práticas de direito ambiental.

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, com consulta à legislação e à jurisprudência, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Diz ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior à quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 Aspectos Gerais. História da legislação brasileira. As Constituições Brasileiras e o Meio Ambiente. Conceitos e definições. Natureza Jurídica. Fontes do Direito Ambiental. Relações com as demais ciências e características. Princípios ambientais.

2 Fundamentos Constitucionais da Proteção Ambiental. Objeto da Tutela Ambiental. Meios de

Proteção Ambiental

3 Federalização do Direito Ambiental. Distribuição de Competências entre Entes Federativos. Análise da Lei Complementar 140/2011.

4 Política Nacional do Meio Ambiente. Análise da Lei Federal n.º 6.938/81.

5 Política Nacional do Meio Ambiente. Análise da Lei Federal n.º 6.938/81.

6 Código Florestal e Sistemas de Unidade de Proteção Ambiental.

7 Código Florestal e Sistemas de Unidade de Proteção Ambiental. Aula Expositiva com consulta à legislação

8 Dano Ambiental e Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa.

9 Dano Ambiental e Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa.

10 Dano Ambiental e Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa.

11 Tutela Processual Civil. Ação Civil Pública. Análise da Lei 7.347/85.

12 Estatuto da Cidade

13 Agenda 21 e Biodiversidade

REFERÊNCIAS:

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Dano Ambiental: uma abordagem conceitual*. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Federalismo e Competências Ambientais no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2015.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I – TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CÓDIGO: JDP 0046

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

O novo perfil do Direito Civil. Personalidade e capacidade. Direitos da personalidade. Ausência. Pessoa jurídica. Domicílio. Bens. Fato, ato e negócio jurídico. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. Representação. Modalidades do negócio jurídico: condição, termo e encargo. Vícios do negócio jurídico. Invalidez dos atos e negócios jurídicos. Ato ilícito. Prescrição e decadência. Prova.

PRÉ-REQUISITO:

HERMENÊUTICA JURÍDICA

OBJETIVO GERAL:

Interpretar e identificar os principais pontos concernentes ao Direito Civil, especificamente da Parte Geral, relacionando os fatos jurídicos à realidade social e apontando as novas diretrizes deste ramo do Direito, sobretudo no que diz respeito ao fenômeno da constitucionalização.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Proceder a uma abordagem teórico-prática dos institutos básicos do Direito Civil, a partir de uma releitura da jurisprudência nacional a luz da CRFB e do CC 2002.

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AValiação:

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Diz ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior a quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – O novo perfil do Direito Civil

- 1.1. O Código Civil brasileiro de 1916; mudança: curso do século XX; a “era dos estatutos”;
- 1.2. Diretrizes seguidas pela Comissão de Redação do Anteprojeto do Código Civil de 2002; princípios norteadores do Código Civil de 2002;
- 1.3. Lei de Introdução ao Código Civil.

UNIDADE II – Personalidade e capacidade

- 2.1. Início e fim da personalidade; comoriência;
- 2.2. Capacidade de direito e capacidade de fato; incapacidade absoluta e relativa; cessação da menoridade;
- 2.3. Direitos da personalidade e Código Civil de 2002: breve registro histórico; direitos da personalidade, humanos e liberdades públicas; direitos da personalidade e seu perfil dogmático;
- 2.4. Direitos da personalidade no direito brasileiro e sua tutela no âmbito do Código Civil de 2002; direitos da personalidade e pessoa jurídica;
- 2.5. Limites impostos aos direitos da personalidade; colisão entre direitos da personalidade;
- 2.6. Ausência: curadoria dos bens do ausente, sucessão provisória e definitiva.

UNIDADE III – Pessoa jurídica

- 3.1. Natureza das pessoas jurídicas;
- 3.2. Pessoas jurídicas no Código Civil de 2002;
- 3.3. Desconsideração da personalidade jurídica.

UNIDADE IV – Domicílio

- 4.1. Domicílio da pessoa natural; domicílio informático; domicílio profissional;

4.2. Pluralidade domiciliar; ausência de domicílio; mudança de domicílio;

4.3. Domicílio das pessoas jurídicas;

4.4. Domicílio necessário; domicílio do agente diplomático; domicílio especial.

UNIDADE V – Bens

5.1. Classificação;

5.2. Bens considerados em si mesmos;

5.3. Bens reciprocamente considerados;

5.4. Bens públicos.

UNIDADE VI – Fato, ato e negócio jurídico

6.1. Distinção e classificações;

6.2. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia;

6.3. Modalidades do negócio jurídico: condição, termo e encargo;

6.4. Vícios do negócio jurídico: mudanças em relação ao Código Civil de 1916; erro; dolo; coação; estado de perigo; lesão; fraude contra credores;

6.5. Invalidade dos atos e negócios jurídicos: nulidade e anulabilidade do negócio jurídico; simulação como causa de nulidade; o princípio da conservação dos atos e negócios jurídicos; ratificação; redução; conservação;

6.6. Ato ilícito: elementos; abuso do direito; causas excludentes da ilicitude; responsabilidade civil decorrente de ato ilícito; imputabilidade.

6.7. Representação: poder de representação legal e convencional, efeitos da representação.

UNIDADE VII – Prescrição e decadência

7.1. Distinção;

7.2. Prescrição: fundamento, requisitos, renúncia, impossibilidade de alteração dos prazos prescricionais, legitimidade para arguição; causas impeditivas, suspensivas e interruptivas;

7.3. Decadência: legal e convencional, renúncia, legitimidade para arguição.

UNIDADE VIII – Prova

8.1. Conceito;

8.2. Princípios e espécies;

8.3 – Modalidades;

8.4. Presunção.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Vol. I.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Direito Civil: Parte Geral*. São Paulo, Atlas, 2006.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Vol. 1.

Bibliografia Complementar:

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil Interpretado*. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. Vol. I.

TEPEDINO, Gustavo. *A Parte Geral do Novo Código Civil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

Observação importante: A obra privilegiada pelo(a) aluno(a), como bibliografia básica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.



CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

CÓDIGO: JDP0049

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Teoria geral das obrigações. A relação jurídica obrigacional. Elementos. Fontes. Modalidades. Transmissão. Extinção. Inadimplemento.

PRÉ-REQUISITO:

DIREITO CIVIL I – TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

OBJETIVO GERAL:

Estudar o Direito das Obrigações e suas repercussões nos demais ramos do Direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Compreender a relação jurídica obrigacional, desde a sua gênese até a sua extinção, conhecendo tanto os fenômenos positivos (mecanismos de transmissão e satisfação) como as intercorrências negativas (inadimplemento e impossibilidade de cumprimento) que podem incidir sobre o crédito e desencadear a tutela do ordenamento.

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas ou dissertativas, combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados os alunos com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior a quatro será submetido à prova final, não sendo admitido o aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Prevê ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I - Noção de obrigação. A obrigação como processo.

UNIDADE II - A relação jurídica obrigacional – elementos. Débito e responsabilidade.

UNIDADE III - Fontes da obrigação.

UNIDADE IV - Modalidades: obrigações de dar, fazer e não fazer.

UNIDADE V - Modalidades (cont.): solidariedade e indivisibilidade.

UNIDADE VI - Modalidades (cont.): obrigações alternativas e com faculdade de substituição.

UNIDADE VII - Modalidades (cont.): demais classificações da obrigação.

UNIDADE VIII - Transmissão: cessão de crédito e assunção de dívida.

UNIDADE IX - Extinção: pagamento em geral.

UNIDADE X - Adimplemento substancial.

UNIDADE XI - Pagamentos especiais: consignação, sub-rogação, imputação, dação.

UNIDADE XII - Extinção das obrigações sem pagamento: novação, compensação, confusão e remissão.

UNIDADE XIII - Inadimplemento em geral. Violação positiva da obrigação. Inadimplemento antecipado.

UNIDADE XIV - Mora.

UNIDADE XV - Perdas e danos.

UNIDADE XVI - Juros e correção monetária.

UNIDADE XVII - Enriquecimento sem causa.

UNIDADE XVIII - Cláusula penal.

UNIDADE XIX - Arras.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia básica:

GOMES, Orlando. *Obrigações*. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 2.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 29.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Vol. II.

Bibliografia complementar:

SILVA, Clóvis V. do Couto e. *A obrigação como processo*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINS-COSTA, Judith. *Comentários ao novo Código Civil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. Vol. 5, tomos 1 e 2.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil comentado*. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NORONHA, Fernando. *Direito das obrigações*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de (coords.). *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. Vol. I.

Observação importante: A obra privilegiada pelo aluno, como referência bibliográfica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.

CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III – RESPONSABILIDADE CIVIL

CÓDIGO: JDP 0015

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Evolução da Responsabilidade Civil. Pressupostos da Responsabilidade Civil. Abuso de Direito. Teorias acerca de Responsabilidade Civil. Danos material, moral, estético e a *perda de uma chance*. A reparação do dano. Excludentes de Responsabilidade Civil. Responsabilidade civil do profissional liberal. Responsabilidade do transportador terrestre. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Responsabilidade civil do Estado.

PRÉ-REQUISITO

DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

OBJETIVO GERAL:

Permitir o conhecimento aprofundado das teorias e do sistema legal brasileiro de Responsabilidade Civil.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Proceder à análise da lei, da doutrina e da jurisprudência nacionais, para que apresentado o sistema legal de responsabilidade civil; abordar questões controvertidas acerca do instituto; e, analisar os informativos jurídicos afeitos ao instituto em referência.

METODOLOGIA:

Aulas expositivas combinadas com o método ativo, mediante a feitura de exercícios e debates em aula, acerca dos precedentes judiciais mais representativos da evolução do instituto.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Dita ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à segunda chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior à quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – RESPONSABILIDADE CIVIL CONSTITUCIONAL

UNIDADE II – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 2.1. Noção de responsabilidade;
- 2.2. Conceito de responsabilidade civil;
- 2.3. Responsabilidade civil e penal;
- 2.4. Responsabilidade contratual e extracontratual;
- 2.5. Responsabilidade subjetiva e objetiva.

UNIDADE III – PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- 3.1. Ação e omissão do agente;
- 3.2. Estudo completo da culpa;
- 3.3. Estudo completo do nexo causal;
- 3.4. Estudo completo do dano;
- 3.5. Abuso de direito.

UNIDADE IV – REPARAÇÃO DO DANO

- 4.1. Conceito de indenização;
- 4.2. Danos material, dano moral, estético e a *perda de uma chance*;
- 4.3. A liquidação do dano;
- 4.4. A ação de indenização;
- 4.5. Efeitos do julgamento.

UNIDADE V – EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL

- 5.1. Fato exclusivo da vítima;
- 5.2. Caso fortuito ou força maior;
- 5.3. Fato de terceiro;
- 5.4. Estado de necessidade;
- 5.5. Legítima defesa;
- 5.6. Exercício regular de direito;
- 5.7. Estrito cumprimento do dever legal;
- 5.8. Cláusula de não indenizar.

UNIDADE VI – RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL

- 6.1. Responsabilidade por fato próprio;
- 6.2. Responsabilidade por fato de outrem;
- 6.3. Responsabilidade por fato de animal;
- 6.4. Responsabilidade por fato da coisa.

UNIDADE VII – RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

- 7.1. Responsabilidade nos contratos em geral;
- 7.2. Responsabilidade decorrente de atividade profissional;
- 7.3. Responsabilidade nos contratos de transporte;
- 7.4. Responsabilidade nas relações de consumo.

UNIDADE VIII – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

REFERÊNCIAS:

Bibliografia básica:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 12.ed. São Paulo: Atlas: 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade civil*. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 3.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Curso de Direito Civil: Responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2015. Vol. IV.

Bibliografia complementar:

DIAS, José Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SERRA VIEIRA, Patricia Ribeiro. *A Responsabilidade civil objetiva no Direito de Danos*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Observação importante: A obra privilegiada pelo(a) aluno(a), como bibliografia básica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.

CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS EM GERAL

CÓDIGO: JDP0061

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Teoria geral dos contratos. Princípios fundamentais. Interpretação e qualificação. Classificação. Formação. Contrato preliminar. A relatividade dos efeitos do contrato e suas exceções. Tutela do adquirente. Contrato aleatório. Revisão e extinção do contrato. Compra e venda e doação.

PRÉ-REQUISITO:

DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

OBJETIVO GERAL:

Estudar os aspectos centrais da relação jurídica contratual, à luz do direito comum.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Compreender os antigos e novos princípios do direito contratual, aplicando-os às relações jurídicas obrigacionais.

Conhecer os institutos da teoria geral dos contratos.

Introduzir o estudo dos contratos em espécie.

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas ou dissertativas, combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados os alunos com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior a quatro será submetido à prova final, não sendo admitido o aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Prevê ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I - Noção de contrato;

1.1. Princípios clássicos do direito contratual: autonomia privada, consensualismo, obrigatoriedade, relatividade do contrato;

1.2. Princípios do direito contratual contemporâneo: boa-fé objetiva, equilíbrio contratual, função social.

UNIDADE II - Interpretação do contrato.

UNIDADE III - Qualificação jurídica do contrato. Tipo e causa.

UNIDADE IV - Classificação dos contratos.

UNIDADE V - Formação do contrato.

UNIDADE VI - Contrato de adesão.

UNIDADE VII - Contrato preliminar.

UNIDADE VIII - Estipulação em favor de terceiro.

UNIDADE IX - Promessa de fato de terceiro.

UNIDADE X - Contrato com pessoa a declarar.

UNIDADE XI - Vícios redibitórios.

UNIDADE XII - Evicção.

UNIDADE XIII - Álea.

UNIDADE XIV - Revisão do contrato. Lesão e excessiva onerosidade superveniente. Teoria da imprevisão.

UNIDADE XV - Exceção de contrato não cumprido.

UNIDADE XVI - Resilição: denúncia unilateral e distrato.

UNIDADE XVII - Resolução do contrato por inadimplemento. Cláusula resolutiva expressa e tácita.

UNIDADE XVIII - Resolução por impossibilidade de cumprimento. Caso fortuito ou de força maior.

UNIDADE XIX - Compra e venda.

UNIDADE XX - Doação.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia básica:

GOMES, Orlando. *Contratos*. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. vol. 3.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 21.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Vol. III.

Bibliografia complementar:

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de direito civil*. 41.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Vol. 5 .

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código Civil comentado*. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 2009.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. Vol. II.

WALD, Arnoldo. *Direito civil*. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Vol. 2.

Observação importante: A obra privilegiada pelo aluno, como referência bibliográfica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.

CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL V – DIREITOS REAIS

CÓDIGO: JDP0070

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Direitos das Coisas e a sua distinção dos Direitos Obrigacionais. Da posse: Objeto; natureza (teorias); modalidades; modos de aquisição e de perda; efeitos. Função social da posse e da propriedade. Da propriedade: fundamento jurídico do domínio. Propriedade Imóvel. Propriedade móvel. Formas de aquisição e perda da propriedade. Usucapião (espécies e requisitos). Direitos de vizinhança. Condomínio: geral e edifício. Condomínio de fato. Direitos reais sobre coisas alheias: superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador. A Concessão do Direito real de uso e a concessão do direito real de uso para fins de moradia. Propriedade Resolúvel. Propriedade fiduciária. Direitos reais de garantia.

PRÉ-REQUISITO:

DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS EM GERAL

OBJETIVO GERAL:

Interpretar e identificar os principais pontos concernentes aos direitos reais, relacionando os

fatos jurídicos à realidade social e apontando as novas diretrizes deste ramo do Direito, sobretudo no que diz respeito ao fenômeno da constitucionalização.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Proceder a uma abordagem teórico-prática dos institutos afeitos aos direitos reais, a partir de uma releitura da jurisprudência nacional a luz da CRFB e do CC 2002. Análise do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) e do Código de Processo Civil, especialmente o art. 1071, e da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Diz ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitros dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à

falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior à quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Abordagem civil-constitucional dos direitos das coisas. Direitos reais (conceito, características e objeto). Diferenciação entre direitos pessoais e reais. Ações reais.

UNIDADE II – Da posse. Natureza e objeto. Detenção e posse. Composses e posse paralela. Interversão na posse. Função social da posse.

UNIDADE III – Espécies de posse. Posse direta e indireta. Justa e injusta. Posse de boa-fé e de má-fé. Posse com ou sem justo título. Posse nova e posse velha. Posse *ad interdicta* ou *usucapionem*. *Ius possessionis* e *ius possidendi*. Posse natural e civil. Posse simples.

UNIDADE IV – Modo de aquisição, de transmissão e de perda da posse. Efeitos da posse.

UNIDADE V – Da propriedade. Conceito, características e aspectos normativos. Sujeito e objeto. Faculdades derivadas do direito de propriedade (uso, gozo, disposição, reivindicação da coisa). Função social da propriedade. O art. 1.228, CC e seus parágrafos, especialmente o 4º e 5º. Extensão e limitações do direito de propriedade. Propriedade resolúvel e ad tempus. Propriedade fiduciária

UNIDADE VI – Modos de aquisição da propriedade. Quadro classificatório dos modos de aquisição, incluindo-se a propriedade imobiliária. A usucapião; espécies e requisitos.

UNIDADE VII – Modos de perda da propriedade.

UNIDADE VIII – Condomínio geral. Condomínio edilício. Condomínio de fato

UNIDADE IX- Direitos de vizinhança.

UNIDADE X – Direitos reais sobre coisa alheia. Enfiteuse e Direito de superfície. Servidão.

Usufruto. Uso e Habitação. Concessão do Direito Real de Uso e a Concessão do Direito Real de Uso para Fins de Moradia

UNIDADE XI – Direitos reais de garantia. Direito real de aquisição. Propriedade fiduciária.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia Básica:

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Direitos reais*. São Paulo, Atlas, 2011.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Vol. IV.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Curso de Direito Civil*. 12.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Vol. 5.

Bibliografia Complementar:

ALVES, José Carlos Moreira. *Posse: evolução histórica e estudo dogmático*. Rio de Janeiro: Forense, 1999. Volumes I e II.

BARBOSA, Denis Borges. *Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 44.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Vol. 3.

Observação importante: A obra privilegiada pelo(a) aluno(a), como bibliografia básica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.

CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIA

CÓDIGO: JDP0075

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Histórico da família. A Constituição Federal e as espécies de família. Princípios do direito de família. A repercussão das leis especiais protetivas no direito de família. O Código de Processo Civil e a mediação judicial: sua repercussão no direito de família. Relações de parentesco. Casamento: requisitos, espécies e efeitos. Teoria das nulidades matrimoniais. A posse do estado de casado e casamento putativo. Regime de bens do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. União estável: requisitos e efeitos. O concubinato. Filiação: presunção de paternidade do marido. Reconhecimento de paternidade e maternidade, investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar. Guarda: espécies. Alimentos: requisitos e espécies. Usufruto do patrimônio dos bens do filho. Bem de família. Requisitos e espécies. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

PRÉ-REQUISITO:

DIREITO CIVIL IV – CONTRATOS EM GERAL

OBJETIVOS GERAIS:

Levar o aluno a compreender a estrutura social e a forma como o Direito aborda as diferentes formas de composição das relações afetivas e seus efeitos no ordenamento jurídico brasileiro. Os principais instrumentos jurídicos que tangenciam o Direito de Família devem ser trabalhados à luz dos princípios constitucionais. O foco principal é a formação do profissional do Direito que

trabalhará com as questões voltadas ao Direito de Família.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Levar o aluno a compreender e operacionalizar as diversas questões que são trabalhadas no campo do Direito de Família. Tecer com o aluno uma abordagem crítica do Direito de Família.

METODOLOGIA:

Exposição oral com apresentação da doutrina e jurisprudência. Realização de trabalhos de pesquisa e resolução de questões.

AVALIAÇÃO:

Seção V - art. 93 e seguintes - do regimento interno da UNIRIO

Duas avaliações parciais, sendo a primeira formada por 4 trabalhos realizados ao longo do período, que serão equivalentes a primeira prova, e uma prova ao final do período e a segunda escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

A avaliação consiste em 4 trabalhos. Em todas as avaliações será cobrado o conteúdo teórico e sua aplicação prática por meio de resolução de problemas.

Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1). Serão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior a quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Histórico da família.

UNIDADE II – A Constituição Federal e as espécies de família. Princípios do Direito de Família. A repercussão das leis especiais protetivas no Direito de Família. O Código de Processo Civil e a mediação judicial.

UNIDADE III – Relações de parentesco.

UNIDADE IV – Casamento: requisitos, espécies e efeitos. Teoria das nulidades matrimoniais. A posse do estado de casado e casamento putativo.

UNIDADE VI – Regime de bens do casamento.

UNIDADE VII – Dissolução da sociedade conjugal.

UNIDADE VIII – União estável: requisitos e efeitos. O concubinato.

UNIDADE IX – Filiação: presunção de paternidade do marido.

UNIDADE X – Reconhecimento de paternidade e maternidade, investigação de paternidade.

UNIDADE XI – Adoção.

UNIDADE XII – Poder familiar.

UNIDADE XIII – Guarda: espécies. Alimentos: requisitos e espécies.

UNIDADE XIV – Usufruto do patrimônio dos bens do filho.

UNIDADE XV – Bem de família. requisitos e espécies.

UNIDADE XVI - Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia Básica:

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da Gama. *Direito Civil: Família*. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Vol. V.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Direito de Família*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. Vol. 6.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 6.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves. *Curso de Direito Civil: Famílias*. 10.ed. Salvador: Juspodivm, 2017. Vol. 6.

Observação importante: A obra privilegiada pelo(a) aluno(a), como bibliografia básica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.

CURRÍCULO VERSÃO 2018.1

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL - SUCESSÕES

CÓDIGO: JDP0080

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Sucessão em geral: conceito; abertura da sucessão; transmissão da herança; legitimidade para suceder; aceitação e renúncia; indignidade. Sucessão legítima: conceito; parentesco; sucessão por cabeça; sucessão por estirpe; sucessão dos descendentes; dos ascendentes; dos colaterais; do cônjuge; do companheiro, do Estado. Sucessão testamentária: origem; liberdade para testar; conceito; objeto; nulidades; capacidade ativa e passiva; testemunhas; testamentos ordinários e especiais; codicilos; disposições testamentárias; legado e herança testamentária; caducidade; direito de acrescer, substituições. Inventário e partilha: rito ordinário; rito sumário; escritura pública.

PRÉ-REQUISITO:

DIREITO CIVIL VI - FAMÍLIA

OBJETIVO GERAL:

Levar o aluno a compreender o direito sucessório em seus aspectos teóricos e práticos, capacitando-se para resolver questões atinentes à transmissão e proteção da herança e planejamento sucessório.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Compreensão pelo aluno dos assuntos atinentes à Sucessão em Geral, Sucessão Legítima, Sucessão Testamentária e Inventário e Partilha.

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Diz ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior a quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – SUCESSÃO EM GERAL

- 1.1. Conceito e abertura da sucessão. Testamento vital;
- 1.2. Transmissão da herança;
- 1.3. Legitimidade para suceder;
- 1.4. Aceitação e renúncia da herança;
- 1.5. Indignidade;
- 1.6. Cessão de Herança;
- 1.7. Herança jacente e vacante;
- 1.8. Ausência;
- 1.9. Petição de herança.

UNIDADE II – SUCESSÃO LEGÍTIMA

- 2.1. Conceito. Ordem de vocação hereditária;
- 2.2. Sucessão por cabeça e por estirpe;
- 2.3. Sucessão para os familiares;
- 2.4. Sucessão para o Estado.

UNIDADE III – SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

- 3.1. Origem;
- 3.2. Liberdade para testar;
- 3.3. Conceito, objeto e nulidades;
- 3.4. Capacidade;
- 3.5. Testemunhas;
- 3.6. Testamentos ordinários: público, cerrado e particular;
- 3.7. Testamentos especiais: marítimo, aeronáutico e militar;
- 3.8. Codicilo;
- 3.9. Disposições testamentárias: legado e herança; caducidade; direito de acrescer, substituições.

UNIDADE IV – INVENTÁRIO E PARTILHA

- 4.1. Rito ordinário;
- 4.2. Rito do arrolamento sumário;
- 4.3. Escritura Pública.

UNIDADE V – PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

- 5.1. Doação, testamento, adiantamento de legítima;
- 5.2. Previdência privada; seguro de vida; fundos;

5.3 Holding familiar.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia Básica:

- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Direito Civil – Sucessões*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Vol. 6.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 24.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Vol. VI.

Bibliografia Complementar:

- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões*. 31.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 6.
- GOMES, Orlando. *Sucessões*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito das sucessões*. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 7.
- NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Vol. 6.
- TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
- WALD, Arnoldo. *Direito Civil: direito das sucessões*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Observação importante: A obra privilegiada pelo(a) aluno(a), como bibliografia básica, deve ser adquirida e/ou estudada na edição mais recente.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VII - SUCESSÕES

CÓDIGO: JDP0080

CARGA HORÁRIA: 60 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Sucessão em geral: conceito; abertura da sucessão; transmissão da herança; legitimidade para suceder; aceitação e renúncia; indignidade. Sucessão legítima: conceito; parentesco; sucessão por cabeça; sucessão por estirpe; sucessão dos descendentes; dos ascendentes; dos colaterais; do cônjuge; do companheiro, do estado. Sucessão testamentária: origem; liberdade para testar; conceito; objeto; nulidades; capacidade ativa e passiva; testemunhas; testamentos ordinários e especiais; codicilos; disposições testamentárias; legado e herança testamentária; caducidade; direito de acrescer, substituições. Inventário e partilha: rito ordinário; rito sumário; escritura pública.

OBJETIVO GERAL:

Compreender o direito sucessório em seus aspectos teóricos e práticos, capacitando-se para resolver questões atinentes à transmissão e proteção da herança e planejamento sucessório.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Conceituar e compreender a natureza jurídica da sucessão mortis causa;
2. Identificar o tempo e lugar da abertura e as formas da sucessão;
3. Compreender a natureza jurídica da herança;
4. Identificar as implicações a cessão do direito hereditário, tendo em conta suas restrições e aspectos tributários basilares;

5. Aplicar as regras do condomínio nas relações entre os co-herdeiros;
6. Perceber os elementos caracterizadores da evolução histórica da sucessão de cônjuge e companheiros no direito brasileiro;
7. Apontar as diferenças de tratamento conferido ao cônjuge e ao companheiro sobrevivente, identificando os direitos sucessórios do cônjuge e dos companheiros;
8. Solucionar a sucessão dos colaterais e os conflitos nascidos nesse âmbito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Sucessão Em Geral

- Herança: conceito e natureza jurídica
- Transmissão da herança
- Responsabilidade patrimonial da herança
- Vocação hereditária
- Legitimidade para suceder
- O caso das pessoas jurídicas
- O caso da prole eventual
- Da ilegitimidade para nomeação
- Aceitação e renúncia: Conceitos e naturezas
- Espécies, formalidades e efeitos
- Exclusão da sucessão: Noções e conceito
- Exclusão por indignidade e reabilitação do indigno
- Exclusão por deserdação
- Procedimento para exclusão
- Efeitos da exclusão

UNIDADE II - Sucessão Legítima

- Ordem de vocação hereditária
- Herança *iure proprio* e *iure representationis*
- Sucessão em linha reta: normas gerais
- Sucessão e partilha dos descendentes
- Sucessão do cônjuge - art. 1.829,CC
- Concorrência do cônjuge com descendentes

- Concorrência do cônjuge com ascendentes
- Cônjuge herdando sozinho e o art. 1.830,CC
- Direito real de habitação
- Sucessão do companheiro - art. 1.790,CC
- Concorrência do companheiro com descendentes comuns
- Concorrência do companheiro com descendentes não comuns
- Concorrência do companheiro com outros parentes sucessíveis
- Companheiro herdando sozinho
- Direito real de habitação
- Inconstitucionalidade do art. 1.790,CC - STF RE 878.694/MG
- Atuais diferenças na sucessão do cônjuge e do companheiro
- Sucessão na linha colateral
- Restrições à legítima
- Cálculo da legítima

UNIDADE IV - Sucessão Testamentária

- Conceito e natureza jurídica do testamento
- Limites à liberdade de testar
- Capacidade para testar
- Espécies de testamento e codicilo
- Disposições testamentárias: permissões, proibições e interpretação.
- Legados: Conceito, espécies e efeitos. Pagamento e Caducidade
- Direito de acrescer: Entre herdeiros. Entre legatários
- Nomeação comum para usufruto
- Conjunções
- Substituições testamentárias: Vulgar e recíproca
- Fideicomisso: Conceito e efeitos
- Paralelo entre as disposições do CC/1916 e do Novo Código Civil (retirar)
- Redução das disposições testamentárias
- Revogação e rompimento do testamento

Unidade V - Sucessão do Ente Público

- Herança jacente:
- Conceito e natureza jurídica
- Procedimento para declaração de vacância
- Vacância antecipada

UNIDADE IV – Inventário e Partilha

4.1. Rito Ordinário

4.2. Rito do Arrolamento Sumário

4.3. Escritura Pública

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo, 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito Civil – Sucessões. São Paulo: Atlas, 2008.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil, 44ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2015.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Direito das Sucessões. V-6, 22ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Direito das Sucessões. 7ª. Ed., Rio de Janeiro: Gen / Forense, 2016.
WALD, Arnoldo. Direito Civil: direito das sucessões. v. 6, 16ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2015.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões, v. 6. 29ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2015.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões, 9ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2015.
GOMES, Orlando. Direito das Sucessões. 16ª. Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: Direito Positivo

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I

CÓDIGO: JDP0045

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Introdução aos Remédios Constitucionais. Eficácia dos Direitos Fundamentais. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Ordem Social: Seguridade Social. Educação, Cultura, Desporto. Direitos dos Povos Indígenas. Das Famílias, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. Políticas Sociais. Ordem Econômica e Financeira: Princípios Gerais da Atividade Econômica. Política Urbana. Política Fundiária. Reforma Agrária. Orçamento: Fiscalização Financeira e Orçamentária. Princípios Constitucionais Tributários.

OBJETIVO GERAL: Promover a compreensão e o estudo dos direitos fundamentais (individuais, coletivos, sociais e políticos) e seus reflexos na Ordem Econômica e Social da Constituição..

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre o regime constitucional dos direitos fundamentais e a sua respectiva proteção.

2. Demonstrar liame entre teoria e prática constitucional.
3. Inserir a matéria constitucional no contexto político, econômico e social.

CONTEÚDOS

1. DIREITOS HUMANOS. DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 1.1. Dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição
- 1.2. Direitos Humanos no ordenamento internacional. Vigência interna.
- 1.3. Dos direitos sociais e sua relação com os direitos econômicos, culturais e ambientais.
 - 1.3.1. Os pactos de direitos civis e políticos e o de direitos culturais, econômicos e sociais e os direitos ambientais.
 - 1.3.2. Da vigência conforme a Constituição e a interpretação do STF
- 1.4. Interpretação conforme as teorias clássica e crítica

2. INSTITUTOS DE GARANTIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- 2.1. Mecanismos de garantia dos direitos individuais e coletivos: devido processo legal, mandado de segurança, habeas corpus, mandado de injunção, habeas data, ação popular e ação civil pública.
- 2.2. Garantias das liberdades públicas

3. NACIONALIDADE

- 3.1. Estado-nação e formação do Estado brasileiro

3.2. Do auto reconhecimento formal como Estado pluri-étnico e multisocietário: identidade e cultura nacionais

3.3. Dos privilégios dos nacionais e da reciprocidade para estrangeiros

3.4. Dos Asilados políticos e dos refugiados.

4. DIREITOS POLÍTICOS

4.1. Exercício dos direitos políticos

4.2. Histórico da perda dos direitos políticos no Brasil

4.3. Partidos Políticos: processo de formação e representação popular

5. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.

5.1 Dos princípios gerais da atividade produtiva.

5.2 Da política urbana, agrícola e de reforma agrária.

5.3 Do sistema financeiro nacional

6. DA ORDEM SOCIAL.

6.1 Disposições gerais.

6.2 Da seguridade social. Da educação, da cultura e do desporto.

6.3 Da ciência e tecnologia.

6.4 Da comunicação social.

6.5 A ordem cultural e o meio ambiente.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo

ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SARLET, Ingo Wolfgang. *Eficácia dos direitos fundamentais*. 12. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de novo modelo*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito constitucional*. 31. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

HORTA, Raul Machado. *Direito constitucional*. 5 ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 10.ed. Saraiva: São Paulo, 2015.

ADEODATO, Mauricio. *A retórica constitucional: sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do Direito Positivo*. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2010

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II

CÓDIGO: JDP0048

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Teoria das Formas e Sistemas de Governo. Organização dos Poderes. Teoria da Divisão de Poderes. Princípios fundamentais. Federalismo Brasileiro. Estrutura e Organização do Estado Brasileiro. União. Estado. Município. Distrito Federal. Territórios. Intervenção Federal e Estadual. Poder Executivo. Ministros de Estado. Administração Pública: princípios constitucionais e organização. Poder Legislativo. Mandato Parlamentar. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Sítio e Estado de Defesa. Forças Armadas. Segurança Pública.

OBJETIVO GERAL: Promover a compreensão e da estrutura do Estado brasileiro a partir do estudo da dogmática constitucional de repartição de funções entre os poderes e entre os entes da federação .

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre a organização estrutural do Estado no Brasil no regime da Constituição de 1988.
2. Demonstrar liame entre teoria e prática constitucional.

3. Inserir a matéria constitucional no contexto político, econômico e social.

CONTEÚDOS

I. DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

1. Estado Unitário e Federal.
2. Federalismo.
3. Federalismo Brasileiro

II. FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS. DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

III. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS DE NATUREZA FEDERATIVA.

1. Separação entre Estado e Igreja.
2. Garantia de Fé aos documentos públicos.
3. Princípio da Isonomia Federativa.
4. Vedação à criação de preferências entre os entes federativos.

5. DA UNIÃO. BENS E COMPETÊNCIAS

IV. DOS ESTADOS FEDERADOS. AUTONOMIA E COMPETÊNCIAS.

1. Regiões metropolitanas, aglomerações e microrregiões.
2. Bens.

VI. DOS MUNICÍPIOS. AUTONOMIA E COMPETÊNCIAS. INTERESSE LOCAL.

VII. DF E TERRITÓRIOS. INTERVENÇÃO FEDERAL. INTERVENÇÃO ESTADUAL

VIII. FORMAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.

IX. SENADO FEDERAL. ATRIBUIÇÕES. REUNIÕES.

1. Comissões Parlamentares de Inquérito.

X. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA. MEDIDA PROVISÓRIA.

1. Regime de Urgência Constitucional.
2. Processo Legislativo Ordinário.
3. Veto.
4. Lei Delegada.
5. Lei Complementar.

XI. TCU. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

XII. DO PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA.

1. Atribuições e responsabilidades.
2. Ministros.
3. Conselho de Republica.
4. Conselho de Defesa Nacional.

XIII. GARANTIAS E VEDAÇÕES.

1. STF.
2. Sumulas Vinculantes.
3. Conselho Nacional de Justiça.

XIV. DO PODER JUDICIÁRIO.

1. Princípios.
2. Quadro de organização estrutural.
3. Sistema Judicial brasileiro.

XV. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.

1. Ministério Público.
2. Advocacia Pública.

3. Defensoria Pública.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de novo modelo*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes. *Competências na Constituição de 1988*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito constitucional*. 31. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. 17. ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

HORTA, Raul Machado. *Direito constitucional*. 5 ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL III

CÓDIGO: JDP0053

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Controle de Constitucionalidade no Brasil. Concentrado e Difuso. Processo Constitucional. Remédios Constitucionais. Controle de Constitucionalidade Concentrado. Jurisdição Constitucional. Histórico e atribuições do STF. Hermenêutica Constitucional. Ações do Controle Concentrado de Constitucionalidade. Reclamação Constitucional. Representação de Inconstitucionalidade nos Tribunais de Justiça. Controle de Difuso de Constitucionalidade. Histórico. Arguição de Inconstitucionalidade. Recurso Extraordinário. Senado Federal no Controle Difuso. Estudo de Jurisprudência do STF.

OBJETIVO GERAL: Promover a compreensão dos mecanismos de harmonização do ordenamento jurídico, por meio do controle político de constitucionalidade no curso do processo legislativo e das ações constitucionais em relação à legislação em vigor

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre no controle da constitucionalidade das leis e o exercício da jurisdição constitucional de modo geral
2. Demonstrar liame entre teoria do controle de constitucionalidade e a prática do processo constitucional.
3. Inserir a matéria constitucional no contexto político, econômico e social.

CONTEÚDOS

I - MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO.

1. Conceito e objeto do direito processual constitucional.
2. Teoria da inconstitucionalidade das leis.
3. Introdução ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade: o modelo americano da judicial review.
4. O sistema austríaco de controle concentrado. Jurisdição dual e controle preventivo na França pós-revolucionária.
5. Tópicos de interpretação constitucional.

II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA.

1. A Constituição de 1891 e a Emenda 16/95 como momentos importantes da evolução do controle de constitucionalidade no País.
2. O início da convivência dos sistemas difuso e concentrado.
3. Conflitos federativos e intervenção federal.
4. Os princípios constitucionais sensíveis.
- 5.

III - O CONTROLE DIFUSO: SUA CONFIGURAÇÃO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO. O PAPEL DO SENADO FEDERAL E DO STF

IV - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PERFIS TEÓRICOS E SUA CONFIGURAÇÃO NA LEI 9868/99

V - AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. A EMENDA CONSTITUCIONAL 03/93. A LEI FEDERAL 9868/99.

VI - AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.

1. O conceito de omissão inconstitucional.
2. Natureza e procedimento. Legitimidade processual.
3. Exame das omissões passíveis de impugnação.
4. Ação de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção.

VII - ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.

O procedimento trazido pela regulamentação infraconstitucional do instituto.

A possibilidade de controle do Direito Municipal.

Direito pré e pós-constitucional.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição constitucional*. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

_____, COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito constitucional*. 31. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

HORTA, Raul Machado. *Direito constitucional*. 5 ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de novo modelo*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO I

CÓDIGO: JDP0005

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Conceito de Direito do Trabalho. Fontes e princípios em Direito do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho.

OBJETIVO GERAL:

Preparar o aluno para resolver questões trabalhistas, teóricas e práticas e enfrentar questões controversas em direito do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Definir e delimitar as características específicas do Direito do trabalho.
- Ressaltar as garantias e direitos fundamentais dos trabalhadores insertos na

Constituição Federal.

- Evidenciar a importância do Direito do Trabalho para a sociedade contemporânea.
- Estudo da garantia constitucional fundamental do trabalhador
- Compreender a importância das normas jurídicas que disciplinam os contratos de trabalho, para compreender a sua formação e os limites em sua alteração.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Conceito e fontes do Direito do Trabalho;

UNIDADE II – Princípios do Direito do Trabalho;

UNIDADE III – Empregado;

UNIDADE IV – Empregador;

UNIDADE V – Salário e Remuneração;

UNIDADE VI – Contrato de Trabalho: Conceito, Denominação, Características;

UNIDADE VII – Contratos Especiais de Trabalho: Contrato de Aprendizagem, Contrato de Experiência, Contrato Temporário;

UNIDADE VIII Alteração do Contrato de Trabalho.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende AULAS EXPOSITIVAS, SEMINÁRIOS, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, ESTUDOS JURISPRUDENCIAIS DE CASOS CONCRETOS, LEITURA DE TEXTOS.

METODOLOGIA

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e

trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho, 10ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARRION, Valentin. Comentários à CLT, 40ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho, 15ª. edição. São Paulo: LTR, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho, 29ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

SAAD, Eduardo Gabriel. CLT Comentada, 49ª. edição. São Paulo: LTR, 2016.

ALMEIDA, Amador Paes de. CLT Comentada. 9ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. 19ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

JORGE NETO, Francisco Ferreira & CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do Trabalho. 8ª. edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.

PEDREIRA, Pinho. Principiologia do Direito do Trabalho, 2ª. edição. São Paulo: LTR, 1999.

RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2000.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, 17ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. O empregado e o empregador no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2003.



CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO II

CÓDIGO: JDP0011

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Contrato de Trabalho – extinção. Férias, Aviso Prévio, FGTS. Estabilidade. Segurança e Medicina do Trabalho. Direito do Menor e Direito da Mulher. Direito Coletivo e Direito de Greve.

OBJETIVO GERAL:

Preparar o aluno para resolver questões trabalhistas, teóricas e práticas e enfrentar questões controversas em direito do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Definir e delimitar as características específicas do Direito do trabalho.

- Ressaltar as garantias e direitos fundamentais dos trabalhadores inseridos na Constituição Federal.
- Evidenciar a importância do Direito do Trabalho para a sociedade contemporânea.
- Estudo da duração e da jornada de trabalho, seus limites, descansos e intervalos, e sua ligação com a garantia constitucional fundamental do trabalhador, na higidez de suas condições e ambiente de trabalho.
- Compreender a importância das normas jurídicas que disciplinam os contratos de trabalho, para compreender a sua formação e os limites em sua alteração.
- Identificar as diversas modalidades de extinção do contrato de trabalho e seus efeitos.
- Diferenciar estabilidade e garantia de emprego. ▪ Estabelecer um estudo aprofundado do Direito Coletivo do Trabalho, seus princípios
- Estudar a negociação coletiva de trabalho, e sua ligação com o direito de greve.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Duração do trabalho;

UNIDADE II – Extinção do contrato de trabalho;

UNIDADE III – Aviso prévio;

UNIDADE IV - Férias;

UNIDADE V – FGTS;

UNIDADE VI – Medicina e Segurança do Trabalho;

UNIDADE VII – Estabilidade no Trabalho;

UNIDADE VIII – Acidente de trabalho;

UNIDADE IX – Direito da Mulher;

UNIDADE X – Direito do Menor;

UNIDADE XI – Direito Coletivo do Trabalho: denominação, definição, função e autonomia;

UNIDADE XII – Organização sindical brasileira; A OIT e o princípio da liberdade sindical. A liberdade sindical na CRFB/88;

UNIDADE XIII – Diplomas negociais coletivos e Direito de greve;

UNIDADE XV – Discriminação, assédio moral e assédio sexual nas relações de

trabalho.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende AULAS EXPOSITIVAS, SEMINÁRIOS, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, ESTUDOS JURISPRUDENCIAIS DE CASOS CONCRETOS, LEITURA DE TEXTOS.

METODOLOGIA

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o

mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho, 10ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARRION, Valentin. Comentários à CLT, 40ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

Delgado, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho, 15ª. edição. São Paulo: LTR, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho, 29ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. CLT Comentada. 9ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. 19ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

JORGE NETO, Francisco Ferreira & CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do Trabalho. 8ª. edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.

GIGLIO. Wagner D. Justa Causa. 6ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

MEDEIROS NETO. Xisto Tiago de. Dano Moral Coletivo, 4ª. edição. São Paulo: LTR, 2014.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. Direito Sindical e Coletivo do Trabalho, 2ª. edição. São Paulo: LTR, 2002.

SAAD, Eduardo Gabriel. CLT Comentada, 49ª. edição. São Paulo: LTR, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO ECONÔMICO**

CÓDIGO: JDP0083

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Direito e Economia. Introdução ao Direito Econômico. Direito Constitucional Econômico. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Direito Administrativo Econômico. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional. Direito da Propriedade Intelectual

OBJETIVO GERAL:

Introduzir os conceitos elementares relativos às noções constitucionais de ordem econômica e concorrencial nacionais e internacionais, bem como de propriedade intelectual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender os aspectos gerais da constituição econômica nacional;
- Perceber a relação existente entre o poder econômico e a ordem jurídico-político-econômica;
- Aplicar os Princípios gerais da atividade econômica.

CONTEÚDOS

1. Introdução ao Direito Econômico

1.1. O surgimento do direito econômico

1.2. Conceito de direito econômico: sujeito e objeto

1.3. Ordem jurídico-político-econômica

1.4. Direito econômico e direito da economia: análise econômica do direito e os princípios da economicidade e eficiência

1.6. Direito econômico: fronteira entre público e privado

2. Direito Constitucional Econômico

2.1. A constituição econômica

2.2. Normas programáticas

2.3. Fontes do direito econômico

2.4. Leis em direito econômico

2.5. As constituições econômicas no Brasil

3. A Ordem Econômica na Constituição Federal de 1988

3.1. Aspectos gerais da constituição econômica

3.2. Princípios gerais da atividade econômica

4. Direito da Propriedade Intelectual

4.1 – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

4.2 – Organização Mundial do Comércio

4.3 – Marcas, patentes de invenção e desenhos industriais

4.4 – Do Instituto Nacional da Propriedade Industrial

4.5 – Das ações judiciais perante a Justiça Federal

5. Direito da Concorrência

5.1. Conceitos e fins do direito da concorrência

5.2. Conceito de mercado relevante

5.3. Tipos de mercado

5.4. Conceito de poder econômico e seu abuso

5.5. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

5.6. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SICHEL, Ricardo Luiz . Patentes farmacêuticas:abuso de poder econômico. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

_____Direito da Propriedade Intelectual: Uma Política de Estado. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2014.

BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico. Série Leituras Jurídicas. vol. 29. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NUSDEO, Fabio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico. São Paulo: LTr, 2003.

BAGNOLI, Vicente. Introdução ao Direito da Concorrência: Brasil-GlobalizaçãoUnião Européia-Mercosul-ALCA. São Paulo: Singular, 2005.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003.

MORAES, Alexandre de. Agências Reguladoras. São Paulo: Atlas, 2002.

SUCCAR, Paulo Egídio Seabra; BAGNOLI, Vicente. Estudos de Direito da Concorrência. São Paulo: Mackenzie, 2004

CURRÍCULO 2018.

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

CÓDIGO: JDP0082

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: A Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – conteúdo e função no Direito Internacional Privado. A vigência da norma no tempo e no espaço. Teoria da territorialidade moderada. Lei do domicílio. Conflitos de Leis no espaço: Estudo de casos entre pessoas de nacionalidades diversas sobre personalidade, capacidade, direito de família e sucessões, direito das coisas, os princípios regentes dos contratos obrigações e competência da autoridade judiciária. Princípios da soberania nacional e da ordem pública. O DIPr e os contratos internacionais (conceitos); os contratos no comércio internacional; o contrato internacional de compra e venda de mercadorias; O DIPr e o Direito Processual: jurisdição internacional; arbitragem comercial internacional; reconhecimento e homologação de sentenças.

OBJETIVO GERAL:

- Identificar os principais institutos do Direito Internacional Privado, possibilitando sua utilização na solução de casos concretos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Articular os casos de relações transnacionais entre pessoas submetidas a sistemas jurídicos distintos aos conceitos apreendidos;
- Buscar as implicações do Direito Internacional Privado com o comércio e os

negócios internacionais

CONTEÚDOS

Unidade I - Elementos de Direito Internacional Privado

- 1.1. Finalidade da disciplina
- 1.2. Conceito e objeto do Direito Internacional Privado
- 1.3. Fontes do Direito Internacional Privado

Unidade II - Nacionalidade

- 2.1. Critérios de atribuição de nacionalidade originária e derivada
- 2.2. A nacionalidade brasileira
 - 2.2.1. Originária
 - 2.2.2. Derivada
 - 2.2.3. Perda da nacionalidade brasileira
 - 2.2.4. Distinções constitucionais entre o brasileiro nato e naturalizado
 - 2.2.5. A condição jurídica do português no Brasil
 - 2.2.6. A língua portuguesa e os símbolos nacionais

Unidade III: O Direito Internacional Privado e o Direito Civil

- 3.1. As regras de conexão da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro
 - 3.1.1. Família
 - 3.1.2. Bens
 - 3.1.3. Sucessões
 - 3.1.4. Obrigações

Unidade IV: O DIPr e os contratos internacionais

- 4.1. Os princípios regentes dos contratos

- 4.2. Contratos internacionais (conceitos)
- 4.3. Os contratos no comércio internacional
- 4.4. O contrato internacional de compra e venda de mercadorias

Unidade V: O DIPr e o Direito Processual

- 5.1. Jurisdição internacional do Judiciário brasileiro
- 5.2. Arbitragem comercial internacional
- 5.3. Reconhecimento e homologação de sentenças no Brasil.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais

amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. *Direito Internacional Privado*. 13. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FLORISBAL, de Souza Del'Olmo; JAEGER JÚNIOR, Augusto. *Curso de Direito Internacional Privado*. 12 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ARAÚJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira*. 5. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado: teoria e prática*. 18. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

MALHEIRO, Emerson Penha. *Manual de Direito Internacional Privado*. 3. ed., São Paulo: ATLAS, 2015.

BASSO, Maristela. *Curso de Direito Internacional Privado*. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2016.

CURRÍCULO.2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

CÓDIGO: 0051

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA:

A sociedade internacional, as pessoas internacionais e a globalização; Estados; Organizações internacionais; Indivíduo; O direito internacional contemporâneo; Os tratados internacionais e seu processo de elaboração; A incorporação dos tratados ao direito brasileiro; A cooperação internacional e os conflitos de leis no espaço; As organizações internacionais: algumas estruturas supranacionais; A responsabilidade do Estado e a solução de controvérsias internacionais; A proteção internacional da pessoa humana, do meio ambiente e o direito internacional do mar.

OBJETIVO GERAL: Identificar os principais institutos do direito internacional e sua efetividade na contemporaneidade e conhecer os elementos conceituais básicos do Direito Internacional;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1 Desenvolver o raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica sobre as relações entre as nações, elementos essenciais à construção do perfil do profissional do Direito;

- 2 Compreender uma perspectiva global do Direito, na qual o Estado é parte em relações com outros Estados e com Organizações Internacionais;
- 3 Analisar e avaliar a sociedade internacional contemporânea;
- 4 Identificar o campo de incidência do Direito dos Tratados;
- 5 Distinguir os conceitos de Estado e de Organismos internacionais;

CONTEÚDOS

Unidade I - Sociedade internacional.

- 1.1 Noções gerais.
- 1.2 Direito internacional e direito interno. Fundamento.
- 1.3 Evolução histórica. Fontes.
- 1.4 Tratados. Costumes. Codificação.
- 1.5 Atos unilaterais.
- 1.6 Pessoas internacionais

Unidade II – Estados

- 2.1 Classificação.
- 2.2 Reconhecimento.
- 2.3 Sucessão.
- 2.4 Direitos e deveres.
- 2.5 Restrições aos direitos.
- 2.6 Intervenção. Responsabilidade.
- 2.7 Coletividades não estatais.
- 2.8 Órgãos do estado.
 - 2.8.1 Chefe de estado.
 - 2.8.2 Ministro das relações exteriores.
 - 2.8.3 Agentes diplomáticos.
 - 2.8.4 Cônsules.

2.9 Modos de solução dos litígios internacionais.

2.9.1 Sanções.

2.9.2 Modos diplomáticos e políticos.

2.9.3 Arbitragem. Solução judiciária.

2.10 Guerra e neutralidade.

2.10.1 Direito a guerra e direito de guerra.

2.10.2 Renúncia à guerra. Crimes de guerra.

2.10.3 Guerras terrestre, marítima e aérea.

2.10.4 Guerra química e nuclear.

2.10.5 Guerra civil, neutralidade: terrestre, marítima e aérea.

2.10.6 Fim de guerra.

Unidade III – Organizações internacionais.

3.1 Teoria geral da ONU.

3.2 Organizações especializadas e regionais.

3.3 Funcionários internacionais.

Unidade IV – Indivíduo

4.1 O homem pessoa internacional.

4.2 Direito se proteção da pessoa humana.

4.3 Nacionalidade

4.4 Condição Jurídica do Estrangeiro

4.4.1. A entrada de estrangeiros

4.4.2. O direito dos estrangeiros admitidos

4.4.3. Saída compulsória de estrangeiros

- Impedimento

- Deportação
- Expulsão
- Extradicação

Unidade V - Refúgio e Asilo Político

- 5.1. A proteção internacional dos refugiados: instituições e convenções internacionais
- 5.2. A proteção dos refugiados no Brasil
- 5.3. O asilo político: regimes internacionais e normas brasileiras sobre o tema

Unidade VI - Território

- 6.1 Território: domínio terrestre. Formação histórica do território brasileiro.
- 6.2 Modos de aquisição de território.

Regiões polares.
- 6.3 Águas internacionais. Mar territorial. Plataforma continental. Zona contígua. Alto-mar.
- 6.4 Pescarias e conservação dos recursos biológicos do alto-mar. Navios. Rios.
- 6.5 Espaço aéreo e exterior.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.

- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: Curso Elementar*, 16. ed., São Paulo: Saraiva, 2016

GUERRA, Sidney. *Curso de Direito Internacional Público*. 10. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

GODINHO, Thiago José Zannini. *Elementos de Direito Internacional Público e*

Privado. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MELLO, Celso de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos. São Paulo: Manole. 2005.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. 6. ed. re. atual. ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: Direito

DEPARTAMENTO: Direito Positivo

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL I**

CÓDIGO: JDP 0047

CARGA HORÁRIA: 60h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Princípios de Direito Penal. Lei penal no tempo e no espaço. Teoria da ação. Teoria do Crime. Estrutura dos tipos penais dolosos e culposos. Tipicidade. Antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.

OBJETIVO GERAL:

Apresentar a Teoria da Normal Penal e a Teoria do Crime no contexto da sociedade brasileira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Relacionar função do Direito Penal e sua manifestação concreta na sociedade; Analisar os princípios do Direito Penal e suas consequências para o sistema penal; Compreender a teoria do crime segundo a noção tripartida de crime; Desenvolver no aluno a habilidade de analisar a existência de crime à luz das Teorias da Norma Penal e do Crime.

CONTEÚDOS:

I. Princípios Constitucionais: Direito Penal, Democracia e Estado de Direito. Justificação do poder punitivo;

II. Princípio da Legalidade: Taxatividade da lei penal; reserva de lei; leis penais em branco; irretroatividade da lei penal gravosa; ultraatividade da lei penal benigna; vedação de analogia; leis excepcionais e temporárias;

III. Princípio da ofensividade, fragmentariedade, insignificância: Ofensividade material (reprovabilidade, periculosidade, valor), ofensividade constitucional (relevância do bem jurídico); perigo abstrato, concreto e dano; fragmentariedade civil/administrativa;

IV. Lei penal no Espaço: Territorialidade e extraterritorialidade;

V. Teoria do Crime: Ilícito penal na teoria geral do direito (ilícito penal x ilícito civil e administrativo; independência das instâncias; vinculação das decisões do juiz penal). Conceito analítico de crime (ação ou omissão típica, antijurídica e culpável);

VI. Teoria da Ação: Diferenciação de ação e omissão; Causas que excluem a ação;

VII. Teoria do Tipo: Conduta e tipicidade; função do tipo (garantia e indício de antijuridicidade); classificação dos tipos (qualificado/privilegiado; simples/mistos; alternativos/cumulativos); elementos do tipo (normas explicativas, norma penal em branco, elementos conceituais não-unívocos) Tipicidade objetiva, subjetiva, material. Crimes qualificados pelo resultado;

VIII. Erro de tipo, erro acidental, erro na execução;

IX. Estrutura do tipo nos crimes comissivos dolosos – Antijuridicidade: Legítima defesa, Estado de Necessidade, Exercício regular do direito, Estricto cumprimento do dever legal, Causas supralegais de exclusão da antijuridicidade;

X. Estrutura do tipo nos crimes comissivos dolosos – Culpabilidade: Culpabilidade e responsabilidade penal. Imputabilidade (Menoridade, Doença mental e desenvolvimento retardado). Causas de diminuição (emoção, paixão, embriaguez), Consciência da ilicitude (Erro de proibição, Desconhecimento da lei, Discriminantes putativas), Exigibilidade de comportamento conforme o direito (Coação moral irresistível, Estado de necessidade exculpante, Obediência hierárquica, Causas supralegais de exclusão da culpabilidade);

XI. Condições de punibilidade: Condições objetivas de punibilidade. Escusas absolutórias;

XII. Tentativa: Desenvolvimento da ação criminosa (iter criminis), Exaurimento;

XIII. Punibilidade da tentativa. Tentativa e culpa. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime putativo. Desistência voluntária e arrependimento eficaz;

XIV. Concurso de Pessoas: Pressupostos gerais do concurso de pessoas. Autoria mediata e imediata, coautoria, participação e instigação. Crimes próprios e de mão própria. Punibilidade no concurso de agentes. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Concurso necessário;

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A disciplina será conduzida através da combinação do método socrático e de aulas com ênfase na exposição dialogada de ensino. A participação dos alunos será amplamente estimulada por

meio de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.. Além disso, o aluno deverá realizar as leituras prévias indicadas. O conteúdo também será desenvolvido com a apresentação de trabalhos e realização de exercícios.

RECURSOS:

Artigos de mídia impressa/digital; Doutrina; Quadro e pincel; Datashow; Pesquisas na internet.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO:

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. v. 1, 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal*. 13. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PRADO, Luiz Régis do. *Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. v. 1, 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal: Parte Geral*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. ICPC, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Manual de derecho penal: parte general*. Buenos Aires: Ediar, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Erro de tipo e erro de proibição: uma análise comparativa*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007

GOMES, Luiz Flávio. *Direito penal*. v.1, 2. ed. rev., São Paulo: RT, 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique (Coord.). *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2004.

CURRÍCULO.2018

CURSO: Direito

DEPARTAMENTO: Direito Positivo

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL II**

CÓDIGO: JDP 0050

CARGA

HORÁRIA:

60h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Teoria da Pena. Penas privativas de liberdade, penas restritivas de direito e pena de multa. Fixação da Pena. Concurso de crimes. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Extinção da Punibilidade.

OBJETIVO GERAL:

Compreender a aplicação das penalidades e suas medidas alternativas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Apresentar a história e os fundamentos da pena, com ênfase em seus princípios constitucionais. Examinar as regras de aplicação e execução da pena e seus incidentes, bem como as ações penais de iniciativa pública e privada e causas extintivas da punibilidade. Diferenciar tipos de pena. Conhecer os procedimentos de aplicação penal e seus efeitos de condenação. Conceituar

prisão. Tipificar concurso de crimes

CONTEÚDOS:

1. TEORIA DA PENA; 1.1 Conceito; 1.2 Teorias da pena; 1.3 Funções e finalidades da pena; 1.4 Penas proibidas; 1.5 Características das penas; 1.6 Sistemas penitenciários; 1.7 Classificação das penas;
2. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE; 2.1 Regimes penitenciários; 2.2 Regime especial; 2.3 Direitos do preso; 2.4 Trabalho do preso; 2.5 Superveniência de doença mental; 2.6 Detração;
3. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS; 3.1 Conversão em pena privativa de liberdade; 3.2 Penas restritivas de direitos em incidente de execução; 3.3 Prestação de serviços à comunidade; 3.4 Interdição temporária de direitos; 3.5 Limitação de fim de semana;
4. PENA DE MULTA; 4.1 Pagamento da pena de multa; 4.2 Execução da pena de multa; 4.3 Suspensão da execução da multa;
5. FIXAÇÃO DA PENA; 5.1 Fases da fixação da pena privativa de liberdade; 5.2 Aplicação das penas; 5.3 Circunstâncias; 5.4 Concurso de crimes;
6. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA; 6.1 Sistemas; 6.2 Natureza; 6.3 Período de prova; 6.4 Espécies; 6.5 Revogação do sursis; 6.6 Extinção da pena;
7. LIVRAMENTO CONDICIONAL; 7.1 Requisitos; 7.2. Revogação obrigatória do livramento condicional; 7.3 Revogação facultativa do livramento condicional; 7.4 Efeitos da revogação; 7.5 Extinção da pena;
- 8 EFEITOS DA CONDENAÇÃO; 8.1 Efeitos genéricos; 8.2 Efeitos específicos; 8.3 Efeitos extrapenais da condenação;
9. REABILITAÇÃO; 9.1 Efeitos; 9.2 Pressupostos; 9.3 Revogação;
10. MEDIDAS DE SEGURANÇA; 10.1 Prazo; 10.2 Semimputabilidade; 10.3 Requisitos; 10.4 Superveniência de doença mental no condenado; 10.5 Extinção da medida de segurança; 10.6 Direitos do internado;
11. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE; 12.1 Condição de punibilidade; 12.2 Causas extintivas da punibilidade; 12.3 Morte do agente; 12.4 Anistia; 12.5 Indulto; 12.6 Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; 12.7 Perempção; 12.8 Renúncia; 12.9 Perdão; 11.10 Retratação do agente; 12.11 Perdão judicial; 12.12 Prescrição.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A disciplina será conduzida através da combinação do método socrático e de aulas com ênfase na exposição dialogada de ensino. A participação dos alunos será amplamente estimulada por meio de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.. Além disso, o aluno deverá realizar as leituras prévias indicadas. O conteúdo também será desenvolvido com a apresentação de trabalhos e realização de exercícios.

RECURSOS:

Artigos de mídia impressa/digital; Doutrina; Quadro e pincel; Datashow; Pesquisas na internet.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. v. 1, 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. v. 1., 19. ed., Niterói: Impetus, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal*. 13. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: Parte Geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris. ICPC, 2006.

SOUZA, Artur Brito Gueiros de; e JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano. Curso de Direito Penal. v. 1. Parte Geral, 2. ed., Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2015.

DELMANTO, Celso et ali. Código Penal Comentado. 9. ed., São Paulo:Saraiva, 2016.

GALVÃO, Fernando. Direito Penal: crimes contra a pessoa. São Paulo:Saraiva, 2013.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

CÓDIGO: JDP0058

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Competência. Partes no processo. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos processuais e sua contagem. Vícios dos atos processuais e seus efeitos.

OBJETIVO GERAL: Promover o domínio e conhecimento do processo; das noções gerais, princípios e regras do direito processual civil relacionados ao conteúdo programático, agregando os objetivos específicos a seguir descritos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Proporcionar conhecimento teórico e prático ao aluno
2. Apresentação do direito processual civil e sua importância e função no sistema jurídico como um todo.
3. Entender o mecanismo concreto de exercício do direito de ação por meio do processo judicial.

CONTEÚDOS

I - COMPETÊNCIA

1. Competência:

- a) conceito;
- b) critério para sua divisão;
- c) competência material e competência funcional.

2. Competência material:

- a) jurisdição competente,
- b) foro competente;
- c) juízo competente. A competência em razão do valor.

3. Competência funcional:

- a) competência hierárquica;
- b) competência pelas fases do processo;
- c) competência pelo objeto do juízo.

4. Modificações da competência:

- a) competência absoluta e relativa;
- b) prorrogação da competência;
- c) conexão, continência e prevenção.

5. Verificação da competência:

- a) competência relativa e absoluta;

- b) exceção de incompetência;
- c) conflito de competência.

II - PARTES E CAPACIDADE PROCESSUAL

- a) o juiz;
- b) autor e réu, o litisconsórcio;
- c) terceiros intervenientes;
- d) ministério público;
- e) advogado.

III- ATOS PROCESSUAIS

1. Ato processual:

- a) conceito e classificação;
- b) lugar para a realização;
- c) cooperação jurisdicional interna e externa.

2. Tempo para a prática do ato processual:

- a) momento;
- b) prazos;
- c) férias forenses.

3. Despesas com o ato processual:

- a) custas processuais;
- b) responsabilidade pelo pagamento.

.4. Validade do ato processual:

- a) condições de existência do ato processual;
- b) condições de validade do ato processual;
- c) nulidade do ato processual.

5. Ainda sobre os Vícios ou defeitos dos atos processuais e suas consequências:

- a) esquematização das nulidades;
- b) nulidade absoluta e relativa;
- c) anulabilidade;
- d) convalidação do ato.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo

Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. v. I e II, 9. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v. I, 58. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRECO, Leonardo Greco. *Instituições de Processo Civil - Introdução ao Direito Processual Civil*, v. I, 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARINONI, Luiz Guilherme et alli. *Novo Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo Civil*. v. I, 3.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CÂMARA, Alexandre. *O novo Processo Civil brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Intervenção de terceiros*. 19. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e competência*. 18. ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

DIDIER JÚNIOR. *Curso de Direito Processual Civil*. v. 1., 18. ed., Salvador: Juspodium, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITO

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

CÓDIGO: JDP0062

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Processo de conhecimento e seus procedimentos. Petição inicial e contestação. Audiências. Conciliação e mediação. Reconvenção. Revelia e seus efeitos. Provas.

OBJETIVO GERAL: Promover o domínio e conhecimento da fase de conhecimento do processo civil; das noções fundamentais, princípios e regras relacionados ao conteúdo programático, agregando os objetivos específicos a seguir descritos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina, com a legislação, com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos;
02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e a técnica adquiridos, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico-processual, na defesa da ordem e da paz social;
03. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos policiais e penais, realização de júris simulados, pesquisa de doutrina e jurisprudência; outras pesquisas

CONTEÚDOS

PROCESSO DE CONHECIMENTO

1. Noções sobre os vários tipos de processo civil
2. Noções sobre procedimento ou rito
3. Estrutura do procedimento comum
4. Estudo da petição inicial
5. Valor da causa
6. Ajuizamento e distribuição da petição inicial
7. Indeferimento da petição inicial
8. Improcedência liminar do pedido
9. Citação
10. Audiência de conciliação ou de mediação
11. Contestação
12. Prazos para a apresentação da contestação
13. Arguição de impedimento ou suspeição do juiz
14. Reconvenção
15. Revelia
16. Providências preliminares
17. Julgamento conforme o estado do processo
18. Audiência de instrução e julgamento
19. Fase probatória
20. Tutela provisória
21. Sentença e coisa julgada

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.

- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v. I, 58. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRECO, Leonardo Greco. *Instituições de Processo Civil - Introdução ao Direito Processual Civil*, v. II, 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme et alli. *Novo Curso de Processo Civil*. v. II, 3.ed., São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA, Alexandre. *O novo Processo Civil brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

DIDIER JÚNIOR. *Curso de Direito Processual Civil*. v. 2., 10. ed., Salvador: Juspodium, 2015.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016, 21v.

ARAUJO JÚNIOR Gediel Claudino de . *Prática No Processo Civil - Cabimento, Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições, Modelos* 22ª Ed. Atlas 2018

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITO

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

CÓDIGO: JDP 0071

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Sentença e coisa julgada. Sistema recursal no Código de Processo Civil. Ações de impugnação das decisões judiciais. Incidentes nos tribunais

OBJETIVO GERAL: Entender o mecanismo de inconformismo perante o Poder Judiciário – seja por meio de recurso ou de forma autônoma, bem como a forma pela qual é possível fazer cumprir provimentos judiciais ou títulos executivos, impondo a vontade da lei no caso concreto..

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Proporcionar conhecimento teórico e prático ao aluno
2. Apresentação do direito processual civil e sua importância e função no sistema jurídico,.
3. Entender o mecanismo de inconformismo perante o Poder Judiciário por meio do instrumento recursal..

CONTEÚDOS

UNIDADE I - DA ESTRUTURA DA SENTENÇA

Relatório

Fundamentação

Dispositivo

UNIDADE II – RECURSOS

Teoria geral dos recursos

Apelação

Agravo de instrumento

Embargos de declaração

Agravo interno

Recurso especial

Recurso extraordinário

Recurso ordinário

Agravo em recurso especial ou extraordinário

UNIDADE III - A ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

UNIDADE IV – COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA

UNIDADE V – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

UNIDADE VI – NOÇÕES SOBRE INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

- assunção de competência

- arguição de inconstitucionalidade
- homologação de sentença estrangeira
- reclamação

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no

período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v. III, 50. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRECO, Leonardo Greco. *Instituições de Processo Civil - Introdução ao Direito Processual Civil*, v. III, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme et alli. *Novo Curso de Processo Civil*. v. II, 3.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIDIER JÚNIOR. *Curso de Direito Processual Civil*. v. 3., 11. ed., Salvador: Juspodium, 2013.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre. *O novo Processo Civil brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

ASSIS. Araken. *Manual dos Recursos*. 8. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. v. III, São Paulo: Malheiros, 2014.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

CÓDIGO: JDP0074

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Cumprimento da sentença. Processo de execução. Tutela provisória

OBJETIVO GERAL: Promover o domínio e conhecimento traçando o cotejo crítico entre as medidas de natureza cautelar e antecipatórias de tutela, bem como entre o tratamento legal atual dos mecanismos de cumprimento das sentença previstos no Código de Processo Civil de 2015.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Estabelecer o conhecimento da ciência processual, apresentando seus conceitos, instrumentalidade, tendências interpretativas e aplicativas à luz dos valores constitucionais e infraconstitucionais.
2. Proporcionar a compreensão do tratamento das medidas de urgência no âmbito do processo civil brasileiro.
3. Entender o mecanismo de execução das sentenças perante o Poder Judiciário por meio do instrumento processual próprio.

CONTEÚDOS

UNIDADE I - CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

1. Diferenças e semelhanças com o processo de execução
2. Título executivo judicial e extrajudicial
3. Cumprimento da sentença que condena ao pagamento de quantia
4. Procedimento
5. Incidente da impugnação instaurado pelo executado
6. Alegações possíveis
7. Decisão do incidente
8. Cumprimento provisório e definitivo da sentença
9. Cumprimento da sentença nas obrigações de entregar coisa
10. Idem, nas obrigações de fazer ou não fazer
11. Liquidação da sentença

UNIDADE II - PROCESSO DE EXECUÇÃO

12. Da execução em geral
13. Juízo e partes na execução
14. Responsabilidade patrimonial principal e subsidiária
15. Normas comuns às diversas espécies de execução
16. Execução por quantia certa contra devedor solvente
17. A penhora
18. A arrematação
19. Pagamento ao credor
20. Processo de execução para a entrega de coisa
21. Processo de execução para obrigações de fazer ou não fazer
22. Embargos do devedor

23. Execução contra devedor insolvente
24. Suspensão e extinção da execução

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS. Araken. *Manual da Execução*. 17. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v. III, 50. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme et alli. *Novo Curso de Processo Civil*. v. II, 3.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIDIER JÚNIOR. *Curso de Direito Processual Civil*. v. 3., 11. ed., Salvador: Juspodium, 2013.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Manual de Direito Processual Civil*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

CÂMARA, Alexandre. *O novo Processo Civil brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

ASSIS. Araken. *Manual dos Recursos*. 8. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. v. III, São Paulo: Malheiros, 2014.

CURRÍCULO 2017.2

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CÓDIGO: JDP0072

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, FUNDAMENTOS E ORIGENS. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS. CONFLITOS DO TRABALHO. JUSTIÇA DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS. O PROCESSO TRABALHISTA. O DISSÍDIO INDIVIDUAL. O DISSÍDIO COLETIVO. RECURSOS. EXECUÇÃO. PERSPECTIVAS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.

OBJETIVO GERAL:

OFERECER AOS PARTICIPANTES UM ESTUDO PRÁTICO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL DO DIREITO FRENTE A SUA ATIVIDADE FORENSE.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- DEFINIR E DELIMITAR AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO PROCESSO DO TRABALHO.
- PREPARAR O FUTURO PROFISSIONAL PARA A COMPREENSÃO DAS

PECULIARIDADES DO PROCESSO DO TRABALHO, MEDIANTE O ESTUDO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DA LEGISLAÇÃO CORRELATA, BEM COMO DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAIS. ASSIM PREPARADO, ESPERA-SE QUE O ALUNO POSSA REFLETIR SOBRE O MODELO JURISDICIONAL BRASILEIRO DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DECORRENTES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SE POSICIONAR DE FORMA CRÍTICA A SEU RESPEITO.

▪ EVIDENCIAR A IMPORTÂNCIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – CONCEITO, AUTONOMIA E FONTES FORMAIS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO;

UNIDADE II – PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO;

UNIDADE III – ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO;

UNIDADE IV – ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS;

UNIDADE V – PARTES E PROCURADORES;

UNIDADE VI – DISSÍDIO INDIVIDUAL;

UNIDADE VII – RECURSOS TRABALHISTAS;

UNIDADE VIII – EXECUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA;

UNIDADE IX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: AÇÃO RESCISÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA, AÇÃO CIVIL PÚBLICA;

UNIDADE X – DISSÍDIO COLETIVO E AÇÃO DE CUMPRIMENTO.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A METODOLOGIA DE ENSINO COMPREENDE AULAS EXPOSITIVAS, SEMINÁRIOS, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, ESTUDOS JURISPRUDENCIAIS DE CASOS CONCRETOS, LEITURA DE TEXTOS.

METODOLOGIA

A METODOLOGIA DE ENSINO COMPREENDE AULAS EXPOSITIVAS, SEGUIDAS DE

DEBATES E TRABALHOS INDIVIDUAIS E EM GRUPO A SEREM REALIZADOS EM SALA E/OU EM CASA, PODENDO OU NÃO SER ATRIBUÍDOS PONTOS PELAS TAREFAS.

RECURSOS

- ARTIGOS DE MÍDIA IMPRESSA/DIGITAL
- DOUTRINA.
- QUADRO E PINCEL.
- DATASHOW
- PESQUISAS NA INTERNET ETC.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

NA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO, O PROFESSOR FARÁ, EM CADA DISCIPLINA, O MAIS AMPLO E VARIADO EMPREGO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO, DEVENDO O CONCEITO FINAL CONSTITUIR-SE DE UMA SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS EM TRABALHOS ESCOLARES E PROVAS REALIZADAS DURANTE O PERÍODO LETIVO, DE ACORDO COM AS NORMAS FIXADAS PELO DEPARTAMENTO. (ART.94)

SERÃO REALIZADOS EM CADA PERÍODO LETIVO, NO MÍNIMO. 2 (DUAS) AVALIAÇÕES PARCIAIS

DE APRENDIZAGEM E UMA PROVA FINAL, VERSANDO SOBRE TODA A MATÉRIA LECIONADA NO PERÍODO. (§ 1º).

SERÃO DISPENSADOS DA PROVA FINAL E CONSIDERADOS APROVADOS NA DISCIPLINA OS ALUNOS

QUE OBTIVERAM NO CÔMPUTO DAS AVALIAÇÕES PARCIAIS DE APRENDIZAGEM REALIZADAS DURANTE O PERÍODO LETIVO, MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A 7 (SETE).

(ART.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- LEITE, CARLOS HENRIQUE BEZERRA. *CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*, 12ª. EDIÇÃO, SÃO PAULO:LTR, 2014.
- _____ . *MANUAL DE PROCESSO DO TRABALHO*. 3ª. EDIÇÃO, SÃO PAULO: SARAIVA, 2016.
- SÜSSEKIND, ARNALDO, MARANHÃO, DÉLIO, VIANNA, SEGADAS E TEIXEIRA, JOÃO DE LIMA. *INSTITUIÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO*, 2V.. SÃO PAULO: LTR, 1995.
- GOURLART, RODRIGO FORTUNATO; DALLEGRAVE NETO, JOSÉ AFFONSO. *NOVO CPC E O PROCESSO DO TRABALHO*, 2ª. EDIÇÃO. SÃO PAULO: SARAIVA, 2016.
- SARAIVA, RENATO. *CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – CONFORME O NOVO CPC*. ED. JUS PODIVM, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- PEREIRA, LEONE. MANUAL DE PROCESSO DO TRABALHO. 3ª. EDIÇÃO. SÃO PAULO: SARAIVA, 2014.
- MANUS, PEDRO PAULO TEIXEIRA. *EXECUÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO*, REVISTA DOS TRIBUNAIS: 2013.
- SCHIAVI, MAURO. *PROCESSO DO TRABALHO*, VOLUME 16, 2ª. EDIÇÃO. SÃO PAULO: SARAIVA: 2014.
- SCHIAVI, MAURO. *EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO*, 8ª. EDIÇÃO. SÃO PAULO: SARAIVA, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: Direito

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

CÓDIGO: JDP 0063

CARGA HORÁRIA: 60h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Estudo do direito processual penal, dos princípios constitucionais que norteiam o direito processual penal; de como se estrutura o processo para a prestação da jurisdição penal; dos atores no processo penal, com tônica no funcionamento do sistema acusatório; da investigação criminal; das espécies de ação penal e condições para sua instauração; dos órgãos judiciais penais e dos critérios de fixação de competência no direito processual penal.

OBJETIVO GERAL:

Levar ao aluno a compreender o direito processual penal no ordenamento jurídico brasileiro, capacitar o aluno para pensar criticamente o direito processual penal e a atuar profissionalmente nessa área do Direito, aliando capacidade de reflexão e de atuação prática, qualificar o aluno para intervir criticamente em qualquer área de atuação que escolher na seara do direito processual penal, seja acadêmica ou como operador prático do Direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Levar o aluno a interpretar e aplicar as normas constitucionais pertinentes ao direito processual penal; a compreender os princípios constitucionais processuais penais, sua densidade normativa e hipóteses de aplicação; a compreender como se estrutura a investigação criminal; o funcionamento do sistema

acusatório; quais são as espécies de ação penal e os princípios que as informam; a compreender a atuação dos atores processuais neste ramo do direito; como se organiza a jurisdição penal, os órgãos judiciais penais, as regras de fixação de competência no direito processual penal.

CONTEÚDOS:

1. NOÇÕES PRELIMINARES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1.1 Conformação do direito processual penal num Estado Democrático de Direito; Limites à atuação do Estado na persecução criminal – garantias constitucionais; 1.2.1. Princípio do devido processo legal; 1.2.2. Princípio acusatório; 1.2.3. Princípio da legalidade; 1.2.4. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública; 1.2.5. Princípio da presunção de inocência; 1.2.6. Princípio do juiz natural; 1.2.7. Princípio do contraditório; 1.2.8. Princípio da ampla defesa; 1.2.9. Princípio da não auto-incriminação; 1.2.10. Princípio da vedação da prova ilícita.

2 A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

2.1. Finalidade e natureza do inquérito policial; 2.2. Instauração do inquérito policial. Possibilidade de instauração em decorrência de denúncia anônima; 2.3. Diligências a cargo da autoridade policial. Indiciamento do investigado; 2.4. Prazo para encerramento do inquérito. Relatório da autoridade policial. Promoção de arquivamento do Ministério Público; 2.5. Aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa ao inquérito policial; 2.6. Sigilo das investigações versus direito de vista do inquérito policial; 2.7. Controle externo da polícia judiciária. A atuação investigativa do Ministério Público.

3 A INSTAURAÇÃO DA AÇÃO PENAL

3.1. Ação penal pública, ação penal privada e ação penal pública condicionada à representação; 3.2. Condições da ação – a necessária adaptação da teoria das condições da ação ao direito processual penal; 3.2.1. Legitimidade das partes; 3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido; 3.2.3. Interesse de agir; 3.2.4. Justa causa; 3.3. Condições específicas de procedibilidade; 3.4. Pressupostos processuais; 3.5. Requisitos da petição inicial; 3.6. Aditamento da denúncia; 3.7. Emendatio Libelli; 3.8. Mutatio Libelli; 3.9. A decisão de recebimento e de rejeição da denúncia/queixa.

4 AÇÃO PENAL PRIVADA E AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

4.1. Exercício do direito de queixa; 4.2. Ação penal privada personalíssima; 4.3. Ação penal privada

subsidiária da pública; 4.4. Formas de disposição do direito de queixa; 4.4.1. Decadência; 4.4.2. Renúncia; 4.4.3. Perdão; 4.4.4. Perempção; 4.5. A intervenção do Ministério Público na ação penal privada; 4.6. Exercício do direito de representação; 4.7. Formas de disposição do direito de representação; 4.7.1. Decadência; 4.7.2. Renúncia; 4.7.3. Retratação.

5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.

5.1. Critérios para fixação de competência estabelecidos na Constituição; 5.2. Critérios de fixação de competência estabelecidos no Código de Processo Penal; 5.3 A conexão e a continência no processo penal; 5.3.1 Regras para fixação do juízo prevalente; 5.3.2. Unidade de processo e julgamento; 5.3.3. A imutabilidade da fixação da competência nos casos de conexão e continência; 5.4. Incompetência absoluta e relativa.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS:

A metodologia adotada prescinde do uso de recursos tecnológicos. Os alunos deverão ler artigos doutrinários, capítulos de livros e jurisprudência para as aulas.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no

período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal*. 4. ed. rev. ampl. atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. 13. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. 20. ed. rev. ampl. atual. São Paulo, Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PRADO, Geraldo e MALAN, Diogo (coordenadores). *Processo Penal e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PRADO, Geraldo. *Sistema Acusatório: a Conformidade Constitucional das Leis processuais Penais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. *As reformas no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

FERNANDES, Antônio Scarance. *Processo Penal Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2013, 4v.

CURRÍCULO 2018

CURSO: Direito

DEPARTAMENTO: Direito Positivo

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

CÓDIGO: JDP0067

CARGA HORÁRIA: 60h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Estudo do direito processual penal, de como se estrutura o processo para a prestação da jurisdição penal; das medidas cautelares penais; da atuação do ofendido no processo penal; das regras de procedimento; de como se desenvolve a atividade postulatória e probatória no processo penal; da atuação das partes e do juiz; das espécies de ações judiciais pertinentes à jurisdição penal, da sentença penal e da teoria geral dos recursos no processo penal.

OBJETIVO GERAL:

Levar ao aluno a compreender o direito processual penal no ordenamento jurídico brasileiro, capacitar o aluno para pensar criticamente o direito processual penal e a atuar profissionalmente nessa área do Direito, aliando capacidade de reflexão e de atuação prática, qualificar o aluno para intervir criticamente em qualquer área de atuação que escolher na seara do direito processual penal, seja acadêmica ou como operador prático do Direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Levar o aluno a compreender os institutos processuais relacionados com as medidas cautelares penais; os princípios aplicáveis à atividade instrutória no processo penal; a estrutura de alguns dos procedimentos previstos em lei, especialmente, procedimento comum ordinário, procedimento de júri, juizados especiais criminais; ensinar o aluno os princípios aplicáveis aos recursos no processo penal.

os procedimentos adotados na fase recursal e os recursos em espécie.

CONTEÚDOS:

1) MEDIDAS CAUTELARES PENAIS

Noções preliminares; Medidas cautelares de natureza patrimonial; Medidas cautelares restritivas da liberdade de locomoção (espécies de prisão cautelar); Prisão em flagrante; Prisão temporária; Prisão preventiva; Fiança e liberdade provisória; Outras medidas cautelares pessoais previstas no Código de Processo Penal.

2) O OFENDIDO NO PROCESSO PENAL. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO E AÇÃO CIVIL EX DELICTO

Assistente de acusação. Requisitos para ser admitido como assistente de acusação na ação penal pública: legitimidade e interesse; Atos processuais que o assistente pode realizar: atividade postulatória, probatória, e direito de recorrer; Ação civil ex delicto; Conceito; O dever de indenizar o dano decorrente da ação criminosa; Repercussões da sentença penal condenatória no cível; Independência de instâncias, com preponderância da justiça penal sobre a civil; Decisões da justiça penal que vinculam o juiz civil.

3) PROCEDIMENTO COMUM DAS AÇÕES PENAIS.

Recebimento da petição inicial, citação do réu e oferecimento da resposta escrita preliminar. Formas de citação. Efeitos da revelia; Suspensão condicional do processo; Saneamento do feito e sentença de absolvição sumária; Audiência de instrução e julgamento; Atividade instrutória. Os princípios que regem a atividade instrutória no processo penal. Prova ilícita; Interrogatório; Alegações finais; Sentença; Teoria da nulidade. Declaração da nulidade de atos processuais e seus efeitos.

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Tribunal do júri; Plenitude de defesa; Sigilo das votações; Soberania dos veredictos; Procedimento. Fase do judicium accusationis. Fase do judicium causae; Juizados Especiais Criminais; Termo

circunstanciado; Audiência preliminar de composição de dano; Transação penal; Procedimento sumaríssimo.

RECURSOS NO PROCESSO PENAL

Teoria Geral dos Recursos; Pressupostos do direito de recorrer; Legitimidade; Interesse; Tipicidade ou previsão legal; Regularidade formal; Ausência de causa impeditiva ou extintiva do direito de recorrer; Efeitos dos recursos; Efeito devolutivo; Flexibilização do tantum devolutum quantum appellatum em decorrência do princípio do favor rei; Efeito suspensivo.

HABEAS CORPUS

Objeto da ação constitucional do habeas corpus; Rito do habeas corpus.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS:

A metodologia proposta prescinde de recursos tecnológicos. Os alunos deverão ler artigos doutrinários, capítulos de livros e jurisprudência para as aulas.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO:

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais

de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal*. 4. ed. rev. ampl. atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. 13. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. 20. ed. rev. ampl. atual. São Paulo, Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, OG. (coord). *Medidas Cautelares no Processo Penal: prisões e suas alternativas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. *As reformas no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães, GOMES, Luiz Flávio. *Juizados Especiais Criminais*. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *Recursos no processo penal*. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **DIREITO TRIBUTÁRIO I**

CÓDIGO: JDP 0060

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Sistema Tributário Nacional, Competência Tributária (definição, titulares, instrumentos aptos ao seu exercício, características), extrafiscalidade, parafiscalidade. Conceito e definição de tributo. Espécies tributárias. Impostos. Taxas (exercício de poder de polícia e prestação de serviço público específico e divisível), tarifa (peço público). Contribuição de iluminação pública. Contribuição de melhoria. Contribuições. Empréstimos compulsórios.

OBJETIVO GERAL: Outorgar conhecimentos sobre o sistema Tributário Nacional e suas especificidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre a matéria.
2. Demonstrar liame entre teoria e prática tributária.

3. Inserir a matéria tributária no contexto político, econômico e social.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Estrutura do Sistema Tributário Brasileiro.

1. Histórico.
2. Formação.
3. Características.
4. Princípios Republicano e Federativo e Correlação com a matéria tributária.

UNIDADE II - Conceito e Definição de tributo.

1. Artigo 3º CTN.
2. Análise estrutural.
3. Natureza jurídica e recepção.

UNIDADE III- Competência tributária e suas diferenças com a capacidade tributária ativa.

1. Instrumentos para o seu exercício, características.
2. Extrafiscalidade e políticas públicas.
3. Parafiscalidade.

UNIDADE IV- Espécies tributárias.

1. Impostos federais, estaduais, municipais.
2. Taxas.
3. Contribuições e empréstimos compulsórios

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 30. ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

AMARO, Luciano da Silva. *Direito Tributário brasileiro*. 21. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 19. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENDES, Frana Elizabeth. *Imposto sobre a Renda: Súmula 584*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

COSTA, Regina Helena. *Curso de Direito Tributário: Constituição e CTN*. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de Incidência Tributária*. 6. ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 28. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. *Manual de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Saraiva.



CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: Direito Positivo

DISCIPLINA: **DIREITO TRIBUTÁRIO II**

CÓDIGO: JDP 0066

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA: Princípios Constitucionais Tributários gerais. Princípios Constitucionais Tributários específicos (estrita legalidade tributária, isonomia, irretroatividade, anterioridade, capacidade contributiva, proibição de utilização de tributo com efeito de confisco, demais princípios). Não – incidência. Imunidade e isenções. Remissão, Alíquota zero, anistia. Lançamento tributário. Obrigação tributária (Hipótese de Incidência tributária, elementos). Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

OBJETIVO GERAL: Outorgar conhecimento sobre a matéria Tributária nos marcos da normativa constitucional pátria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre a matéria.
2. Demonstrar liame entre teoria e prática tributária.

3. Inserir a matéria tributária no contexto político, econômico e social.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Princípios gerais do artigo 5º da CF e sua correlação com a matéria tributária (legalidade, isonomia formal, irretroatividade, direito de propriedade).

UNIDADE II- Princípios específicos tributários (arts. 145 e 156 CF).

UNIDADE III- Análise das situações de não – incidência, imunidades, isenções (diferentes teorias). Diferenças com remissão, anistia, alíquota zero.

UNIDADE IV- Obrigação tributária (art. 113 do CTN). Aspectos temporal, espacial, material e pessoal da hipótese de incidência tributária.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.

- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 30. ed., São Paulo: Malheiros, 2015.

AMARO, Luciano da Silva. *Direito Tributário brasileiro*. 21. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 19. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENDES, Frana Elizabeth. *Imposto sobre a Renda: Súmula 584*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

COSTA, Regina Helena. *Curso de Direito Tributário: Constituição e CTN*. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de Incidência Tributária*. 6. ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 28. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. *Manual de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Saraiva.

CURRÍCULO VERSÃO

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: DIREITO URBANÍSTICO

CÓDIGO: JDP0078

CARGA HORÁRIA: 30 h

NÚMERO DE CRÉDITOS: 2

EMENTA:

DIREITO URBANÍSTICO COMO RAMO AUTÔNOMO DO DIREITO. URBANIZAÇÃO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL. PLANEJAMENTO URBANO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS. LEIS GERAIS DE DIREITO URBANÍSTICO: PARCELAMENTO DO SOLO URBANO; ESTATUTO DA CIDADE; ESTATUTO DA METRÓPOLE. TEMAS DE DIREITO URBANÍSTICO: DIREITO À CIDADE E À MORADIA; FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE, DA POSSE E DA PROPRIEDADE; INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS; TUTELA URBANÍSTICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO; USO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES; REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA; GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE.

PRÉ-REQUISITO: Direito Constitucional II

OBJETIVO GERAL:

Levar o aluno a compreender o direito urbanístico como ramo autônomo do direito e sua relação com os princípios constitucionais, com o planejamento urbano e com o desenvolvimento sustentável, capacitando-os para resolver questões teóricas e práticas de aplicação dos instrumentos de direito urbanísticos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Identificação, pelo aluno, do direito urbanístico na Constituição, dos princípios constitucionais aplicáveis e de sua relação com o planejamento urbano e com a atividade econômica e seus princípios. Conceituação de planejamento urbano e desenvolvimento sustentável. Compreensão das normas gerais de direito urbanístico e dos seus instrumentos. Resolução de questões práticas de direito urbanístico.

METODOLOGIA:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

AVALIAÇÃO:

Provas com questões objetivas e dissertativas combinadas com participação nas aulas.

Duas avaliações parciais, podendo a primeira delas ser constituída de trabalhos e aferição da participação do aluno nas aulas e a segunda constituída de prova escrita. Avaliação final para os alunos que não obtiverem a média de aprovação nas duas avaliações parciais.

OBS: Quanto à AVALIAÇÃO, na seção V (a partir do art. 93) do regimento interno da UNIRIO, consta que o conceito final deve constituir-se de uma síntese de resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas, de acordo com as normas fixadas pelo departamento. Diz ainda que em cada período letivo devem ser realizadas, no mínimo, duas avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, com todo o conteúdo do semestre. Terá direito à 2ª chamada o aluno que justifique sua ausência por impedimento legal ou de saúde, sendo esta realizada oitos dias após à realização da prova e requerida dentro de 48 horas que seguirem à falta.

A apuração do rendimento do aluno nas avaliações far-se-á por meio de graus de zero a dez, computados até a primeira casa decimal, dispensadas as frações inferiores a um décimo (0,1).

Estarão dispensados da prova final e considerados aprovados o aluno com média igual ou superior a sete. O aluno que alcançar média igual ou superior à quatro será submetido à prova final, não sendo admitido ao aluno com média inferior a quatro realizar esta prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – DIREITO URBANÍSTICO NA CONSTITUIÇÃO

- 1.1. Direito urbanístico como ramo autônomo do direito
- 1.2. Urbanização como atividade econômica
- 1.3. Desenvolvimento sustentável
- 1.4. Princípios constitucionais
- 1.5. Competências constitucionais

UNIDADE II – PLANEJAMENTO URBANO, CIDADE E METRÓPOLE

- 2.1. Histórico do Planejamento Urbano
- 2.2. Planos Urbanísticos no Brasil
- 2.3. Eficácia dos Planos Urbanístico e as leis orçamentárias
- 2.4. Dicotomias Cidade – Metrôpole e Cidade – Campo
- 2.5. Planejamento integrado: cidade, mobilidade, saneamento e meio ambiente

UNIDADE III – LEIS GERAIS DE DIREITO URBANÍSTICO

- 3.1. Parcelamento do Solo Urbano
- 3.2. Estatuto da Cidade
- 3.3. Estatuto da Metrôpole

UNIDADE IV – TEMAS DE DIREITO URBANÍSTICO

- 4.1. Direito à cidade e à moradia
- 4.2. Tutela urbanística do patrimônio histórico, cultural e paisagístico
- 4.3. Uso de bens públicos por particulares
- 4.4. Regularização urbanística e fundiária

REFERÊNCIAS:

Bibliografia Básica:

- AIETA, Vania Siciliano et. all. Direito Urbanístico e Ambiental Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2013.

PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª ed. 2014.

Bibliografia Complementar:

DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. Municipalismo e Política Urbana: a influência da União na Política Urbana Municipal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

GRAU, Eros Roberto. Ordem Econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 17ª ed. 2015.

IPEA. Relatório brasileiro para o Habitat III / relator: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: ConCidades, 2016.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 7ª ed. 2012.

SOTO, Débora. Mais – Valia Urbanística e Desenvolvimento Urbano Sustentável. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA 1

CÓDIGO: FJFJ0003

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Introdução à Ciência Econômica. Sistemas Econômicos. Fundamentos e organização das atividades econômicas em uma economia de Mercado. Estado e Mercado. Empresa como unidade de produção. Relações econômicas em uma economia globalizada. Funcionamento dos Mercados. Motivação econômica.

OBJETIVO GERAL:

Permitir o conhecimento do processo evolutivo da Economia e suas repercussões sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar os marcos reguladores nas relações econômicas internas e internacionais, bem como os elementos característicos do processo de globalização com a integração do mercado e suas repercussões na produção nacional.
-
- Compreender os conceitos gerais de Economia enquanto ciência inserida no contexto político e social e seus reflexos no meio ambiente.

CONTEÚDOS

UNIDADE I - Introdução à Ciência Econômica

1.1 Conceituação e Origem.

1.2 Objeto e finalidade.

1.3 Evolução histórica.

UNIDADE II- Sistemas Econômicos

5.1 Conceituação

5.2 Classificação

UNIDADE III- Atividades econômicas em uma Economia de Mercado

5.3 Fundamentos.

5.4 Organização.

UNIDADE IV- A Escola Clássica

5.5 Adam Smith

5.6 David Ricardo

5.7 Max Weber

5.8 Karl Marx

UNIDADE V - Funcionamento dos Mercados.

5.1 Lei da oferta e da procura.

5.2 Equilíbrio econômico.

5.3 Teoria dos mercados

5.4 Teoria do consumidor

5.5 Teoria da firma

5.6 Teoria dos mercados

5.7 Intervenção do Estado no domínio econômico.

UNIDADE VI- Relações econômicas em uma economia globalizada

6.1 O Acordo de Bretton Woods

6.2 Empresas, sociedades, concentração de empresas.

6.3 Concorrência e internacionalização do capital

6.4 O balanço de pagamentos

UNIDADE VII - Macroeconomia, Estado e Finanças Públicas

7.1 A teoria do juro do emprego e do dinheiro

7.2 Necessidades públicas e a atividade financeira do Estado.

7.3 Interesses privados e coletivos.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

ATIVIDADES EXTRACLASSE

- Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula sobre negro, índio, multiculturalismo, questão ambiental. Resolução de problemas técnicos. Pesquisa na internet. Elaboração análises de casos de sucesso ou fracasso. Filmes.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOWDITCH, James (et alii). Elementos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira 2014.

SHERMAN, E. K. Hunt. História do pensamento econômico. Petrópolis: Vozes, 2013.

STIGLITZ, Joseph E. .WALSH, Carl E. Introdução à macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GALVES, Carlos. Manual de política atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Nilson. Economia brasileira contemporânea de Getulio à Lula. São Paulo: Atlas, 2014.

NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo e Marx. ed. Paz e Terra. 2012.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é Capitalismo? ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2011.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA 2

CÓDIGO: JFJ 0035

CARGA HORÁRIA: 30 h

CRÉDITOS: 2

EMENTA:

Introdução ao Sistema Financeiro Nacional. A Economia Brasileira do século XX e XXI. A Industrialização. A Inflação. A Distribuição de Renda. Finanças Públicas.

OBJETIVO GERAL:

Permitir o conhecimento do processo evolutivo da Economia e suas repercussões sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as principais etapas do processo de formação econômica do Brasil do início do século XX até atualidade.
- Identificar os marcos reguladores nas relações econômicas brasileiras.
- Compreender os conceitos gerais das Finanças Públicas.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – O Sistema Financeiro Nacional

1.1 Origem.

1.2 A Lei da Usura.

1.3 A SUMOC.

1.4 A Regulamentação Bancária (BACEN) e do Mercado de Capitais

UNIDADE II- A Industrialização brasileira

- 2.1 O surgimento da indústria no Brasil até a criação da CSN
- 2.2 O Plano de Metas
- 2.3 O Milagre Econômico
- 2.4 A Década perdida
- 2.5 Os Planos de estabilização
- 2.6 A distribuição de renda pós Plano Real

UNIDADE III- Finanças Públicas.

- 3.1 Bens Públicos.
- 3.2 Noções de Tributação
- 3.3 Necessidade de Financiamento do setor Público
- 3.4 Responsabilidade Fiscal

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

ATIVIDADES EXTRACLASSE

- Pesquisa de doutrina na Biblioteca. Exercícios ou trabalhos fora de sala de aula sobre negro, índio, multiculturalismo, questão ambiental. Resolução de problemas técnicos. Pesquisas na internet. Elaboração análises de casos de sucesso ou fracasso. Filmes.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

CURRÍCULO 2018.1

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Edgar e SILVA, Lucas. O Sistema Financeiro Nacional. 1 ed. São Paulo: Método, 2016.

REGO, José Marcio; LACERDA, Antônio Correa de; outros. Economia brasileira. 5 ed. Saraiva, 2013

Giambiagi, Fábio e Além, Ana Cláudia. Finanças Públicas, teoria e prática no Brasil. Campus/Elsevier. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEODATO, Benedito Fonseca e Souza. Texto didático: Inflação e Planos econômicos. UNIRIO, 2005.

SOUZA, Nilson. Economia brasileira contemporânea de Getúlio à Lula. São Paulo: Atlas, 2014.

GALVES, Carlos. Manual de política atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é Capitalismo? ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2011

Políticas

Escola de Ciências Jurídicas

CURSO: DIREITO

**DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE
ADMINISTRAÇÃO**

DISCIPLINA: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

CÓDIGO: JFJ 0041

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Significação da ética. Conceito e objeto. Ética, moral e direito. Consciência, virtude e vontade ética. Ética geral: principais problemas e abordagens. Principais vertentes éticas do pensamento ocidental. Ética profissional. Ética na advocacia, na magistratura. Regras deontológicas fundamentais. A ética profissional do profissional do direito: o advogado, o juiz e o ministério público. Relação dos profissionais do direito com a sociedade. A Ordem dos Advogados do Brasil e a luta pelos direitos humanos. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina. Os deveres profissionais e a prática com os clientes.

OBJETIVO GERAL:

Apreender os conhecimentos éticos gerais e especiais indispensáveis ao exercício ético da profissão, quanto aos deveres fundamentais de conduta, principalmente no que diz respeito ao comportamento profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as principais correntes do pensamento ético ocidental.
- Refletir sobre os fundamentos e desdobramentos históricos do pensar ético no Ocidente;
- Aprofundar o exame das conexões entre Ética e Direito e entre Ética e Política;
- Interpretar o conteúdo deontológico do Código de Ética da OAB.

CONTEÚDOS

1 A ética como campo da reflexão filosófica

- 1.1 Especificidade dos problemas éticos
- 1.2 O enfrentamento filosófico desses problemas e a relevância das conexões entre Ética e Direito
- 1.3 A herança grega: Platão e Aristóteles; a ética estoica

2 Da ética medieval à filosofia moral kantiana

- 2.1 A ética medieval: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino
- 2.2 A ética cristã e seus desdobramentos até os fins do século XVIII
- 2.3 A alternativa utilitarista: Hume e Bentham
- 2.4 A contribuição kantiana: as conexões entre Ética e Direito em Fundamentação da metafísica dos costumes

3 Principais Perspectivas Éticas Modernas e Contemporâneas

- 3.1 A reflexão ética no século XIX e sua desconstrução em Nietzsche
- 3.2 A ética da alteridade e suas expressões contemporâneas: Hannah Arendt, Emmanuel Lévinas e Hans Jonas
- 3.3 Ética e política: a construção de uma teoria ético-política da justiça em Rawls e outros pensadores atuais
- 3.4 A ética do discurso: Jürgen Habermas

4 A ética profissional na contemporaneidade

- 4.1. A ética profissional: princípios e conteúdo axiológico
- 4.2. Uma ética do cuidado como prisma de compreensão da atuação profissional
- 4.3. A contribuição de Hortal Alonso

5. A deontologia jurídica: Regras deontológicas fundamentais.

- 5.1. A ética profissional do profissional do direito: o advogado, o juiz e o ministério público
- 5.2. Ética na advocacia, na defensoria pública e na magistratura.
- 5.3. Relação dos profissionais do direito com a sociedade.
- 5.4. A Ordem dos Advogados do Brasil e a luta pelos direitos humanos. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina.
- 5.5. Os deveres profissionais e a prática com os clientes.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.

Escola de Ciências Jurídicas

- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Novo Código de Ética da OAB. [Disponibilizado pela internet]

HORTAL ALONSO, Augusto. Ética das profissões. São Paulo: Loyola, 2006

MARCONDES, D. Textos Básicos de Ética: de Platão a Foucault, RJ: Zahar, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo A. de (Org.). Correntes fundamentais da Ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. [Diferentes edições a serem especificadas, inclusive em suporte não bibliográfico]

BITTAR, Eduardo. Curso de Ética Jurídica: ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2002.

LÉVINAS, Emmanuel. Entre nós: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 1997

VÁSQUEZ, A.S. Ética, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

**DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE
ADMINISTRAÇÃO**

DISCIPLINA: FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

CÓDIGO: JFJ0040

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

A Filosofia como domínio do conhecimento e como busca do fundamento. Os campos da investigação filosófica e seus problemas particulares, A herança grega. As grandes correntes filosóficas. A Filosofia do Direito: objeto, problemas e abordagens. A justiça como questão: a resposta aristotélica. O problema do direito em Kant e em Hegel. A Filosofia do Direito no contexto da crise da Filosofia. Fundamentação filosófica da teoria

tridimensional do direito. Principais perspectivas da reflexão jusfilosófica do pós-guerra: da vertente tópico-retórica às inflexões contemporâneas da Filosofia do Direito Constitucional

OBJETIVO GERAL:

Compreender o pensamento jusfilosófico desde os primórdios de sua formação aos dias atuais, identificando as relações entre as instituições filosóficas e os institutos jurídicos em cada momento histórico da sociedade que os produziu.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar a práxis da Filosofia aplicada ao conhecimento jurídico, principalmente despertando para reflexão filosófica a partir da Ciência Jurídica e dos elementos epistemológicos e conceituais presentes ao longo da História.
- Conhecer teórico-conceitualmente as principais tradições filosóficas aplicadas ao Direito.
- Desenvolver a reflexão filosófica a partir dos elementos epistemológicos e conceituais presentes na filosofia jurídica.
- Compreender as principais categorias filosóficas e jurídicas e sua interrelação.
visando despertar o senso crítico frente à conjuntura jurídica atual..

CONTEÚDOS

1. Natureza do conhecimento filosófico

- 1.1 Diferenças entre esse conhecimento e os conhecimentos filosófico e científico.
- 1.2 Postura antidogmática e problematização.

1.3 Principais categorias filosóficas: existência/essência, uno/múltiplo, objeto/sujeito, matéria/forma.

2. Os domínios da reflexão filosófica: problemas e abordagens

2.1 Metafísica

2.2 Lógica.

2.3 Epistemologia

2.4 Ética

2.5 Estética

3. Filosofia e Sistemas de pensamento.

3.1 Produção de conhecimento e regime de verdade.

3.2 O legado dos pensadores gregos.

3.3 Sistemas de pensamento e macroperspectivas filosóficas: racionalismo idealista, empirismo, criticismo, materialismo, pragmatismo..

4. Constituição do campo da Filosofia do Direito.

4.1 A contribuição dos filósofos gregos: Aristóteles

4.2 O fundamento do direito: os enfoques de Kant e Hegel.

4.3 A Filosofia do Direito no quadro da crise da Filosofia oitocentista.

4.4 Os conceitos básicos de fundamento, validade, vigência e eficácia.

5. a Filosofia do Direito: presença de Miguel Reale.

5.1 A incorporação da fenomenologia Husserliana.

5.2 A experiência jurídica na perspectiva de Reale.

5.3 Pressupostos filosóficos da Teoria Tridimensional do Direito.

6. A Filosofia do Direito na contemporaneidade.

6.1 Superando os limites do normativismo.

6.2 aq vertente tópico-retórica: Vieweg e Perelman.

6.3 Principais expressões do igualitarismo liberal: Rawls e Dworkin

6.4 Presença do comunitarismo

6.5 A contribuição dos teóricos do discurso jurídico e da democracia deliberativa.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETTO, Vicente de Paulo (Coord). *Dicionário de Filosofia do Direito*, São Leopoldo: Ed. Unisinos:Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. São Paulo:Atlas, 2011. 734 p. ISBN 978-85-224-6092-2

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2011. 749 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2002. 440 p.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 273 p.

DE CICCIO, Cláudio. História do pensamento jurídico e da filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2007. 313 p.

BOSON, Gerson de Brito Mello. Filosofia do direito: interpretação antropológica. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 334 p.

NADER, Paulo. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 379 p.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: Fundamentos em Direito, Política e Administração Pública

DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA

CÓDIGO: JFJ0037

CARGA HORÁRIA: 30 h

CRÉDITOS: 2

EMENTA: Correntes do pensamento jurídico. Teoria do ordenamento jurídico. Hermenêutica jurídica. Elementos e métodos de interpretação das normas.

Escola de Ciências Jurídicas

Procedimentos de integração normativa. Aplicação da lei no tempo.

OBJETIVO GERAL: Apresentar os fundamentos dos processos de interpretação e aplicação do direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre os processos de interpretação e aplicação do direito
2. Demonstrar o liame entre a Teoria do Direito e a prática do direito.
3. Fornecer conhecimentos básicos para o posterior estudo das disciplinas do curso de direito.

CONTEÚDOS

1. Correntes do pensamento jurídico

História do pensamento jurídico.

Direito natural: vertentes e concepções.

Escola de Ciências Jurídicas

Positivismo jurídico: Escola da Exegese e codificação do direito, Pandectismo.

Escola Histórica.

Sociologismo Jurídico.

Realismo Jurídico.

Normativismo jurídico.

Culturalismo/tridimensionalismo jurídico.

2 Teoria do ordenamento jurídico

Hierarquia e constitucionalidade das leis.

Ordenamento jurídico como sistema de normas.

Unidade, coerência e completude do ordenamento jurídico.

3. Hermenêutica jurídica

Hermenêutica e interpretação.

Elementos e métodos de interpretação das normas.

Procedimentos de integração: analogia legal, costumes e princípios gerais de direito.

Aplicação da lei no tempo

Irretroatividade da lei: da coisa julgada, do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.

Da expectativa de direito.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. 38. ed. rev. atual., Rio de Janeiro: Forense, 2016.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do Direito*. 48. ed. atual., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Aurélio Wander. *Introdução à Teoria do Direito*. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

_____. *Teoria da Norma Jurídica*. 6. ed., São Paulo: Edipro, 2016.

_____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 2.ed., São Paulo: Edipro, 2014.

FERRAZ JÚNIOR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. 9 ed. rev. ampl., São Paulo: Atlas, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: **DIREITO**

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE
ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: **HISTÓRIA DO DIREITO**

CÓDIGO: **JFJ0011**

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA:

Estudo da dimensão histórica do Direito com ênfase no Direito brasileiro. As raízes romano-germânicas do direito luso-brasileiro. Os grandes sistemas jurídicos da Common Law e da Civil Law. O Direito ibérico, o Direito português e as Ordenações do Reino de Portugal. O direito no Brasil Colônia. O Direito no Brasil império. A Constituição de 1824

e as primeiras codificações. O direito no Brasil republicano. As Constituições brasileiras do século XX. As reformas dos códigos e leis fundamentais.

OBJETIVO GERAL:

Compreender o pensamento jurídico brasileiro desde os primórdios de sua formação aos dias atuais, identificando as relações entre as instituições e os institutos jurídicos em cada momento histórico, político, social, cultural e econômico da sociedade que os produziu. Analisar as transformações, rupturas e permanências do Direito brasileiro no decorrer da história, objetivando a compreensão do atual sistema jurídico brasileiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as principais etapas do processo de formação jurídica-política do Brasil desde a colônia à atualidade.

- Compreender as interfaces entre a formação histórico-jurídico-política e as diversas conjunturas socioeconômicas que determinaram a construção da sociedade brasileira.

- Analisar as permanências e as rupturas presentes na formação das instituições jurídico-políticas brasileiras.

- Propor soluções jurídicas criativas a partir das experiências histórico-culturais da sociedade brasileira.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Da formação do Reino de Portugal à descoberta do Brasil.

Do Tratado de Zamora ao Tratado de Tordesilhas. Síntese do direito no Brasil no período anterior à independência.

Estudo dos aspectos relevantes das instituições jurídicas e estruturas judiciais aplicados no Brasil a partir do período colonial até sua independência, analisados sob a perspectiva social, mental, econômica, política e cultural do período.

UNIDADE II- O direito no Brasil Imperial

A gênese da construção do sistema jurídico brasileiro. A Constituição imperial de 1824 como retrato da difícil conjugação entre liberalismo e escravagismo. A influência iluminista. O papel da Igreja no modelo imperial. A legislação material e processual penal no Império. Os cursos jurídicos no Brasil, o bacharelismo. Os principais movimentos legislativos do período: o Código Comercial, a Lei de Terras e os projetos do Código Civil, o Esboço de Teixeira de Freitas. A questão escravocrata e as legislações abolicionistas.

UNIDADE III- O direito na República Velha

A República e a Constituição liberal “tupiniquim” sob os aspectos social, político, econômico e cultural do período. A influência dos ideais da independência norte-americana. A ruptura Estado/Igreja. O novo Código Penal sob a influência da abolição da escravatura. O primeiro Código Civil fruto do embate entre o campo e a cidade e a leitura mental e social de uma época.

UNIDADE IV- O direito na Era Vargas

O corporativismo na Constituição de 1934 e a influência da constituição da república de Weimar. O trabalhismo, a CLT e a segunda dimensão de direitos fundamentais. A Constituição de 1937 e o Estado Novo. A centralização e o antifederalismo na base da ditadura varguista. A edição dos códigos penal e de processo penal sob a influência do hegemônico positivismo jurídico no período.

UNIDADE V - O direito brasileiro entre o pós-Guerra e o Golpe Militar: ascensão e decadência do regime democrático

A Constituição de 1946 e o breve período democratizante. A crise da Ordem Constitucional de 1946. O segundo governo de Getúlio Vargas. O industrialismo de JK. Golpe Militar de 1964 e o Ato Institucional (nº1) como ato inaugural de uma ordem “metaconstitucional”.

UNIDADE VI - A ordem jurídica na ditadura militar: da radicalização à distensão do regime de força

O recrudescimento do regime militar e seu crescente caráter antidemocrático. Os Atos Institucionais (AIs) nº 2, 3 e 4. O AI-5 e a supressão de direitos fundamentais. As alterações substanciais da Constituição de 1967 pela Emenda Constitucional nº 1/69. A ditadura e suas consequências nos campos jurídico, social, político, cultural, mental e econômico. A paulatina distensão do regime. A Lei da Anistia e a Lei do Divórcio como estatutos paradigmáticos do período.

UNIDADE VII- O direito brasileiro no contexto da reconstrução democrática

Escola de Ciências Jurídicas

O movimento das Diretas-já. A Constituinte e o choque ideológico. A Constituição de 1988: a construção democrática e a progressiva ampliação e proteção aos direitos e garantias fundamentais. O direito sob novo enfoque: as legislações ambiental, do consumidor, civil, de proteção à criança e ao adolescente. Os novos direitos a partir das novas demandas: as políticas de cotas raciais, o MST, os movimentos LGBTs e os "verdes", o ECA, etc. O processo de mundialização do direito. A aproximação dos grandes sistemas Civil Law e Common Law.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo

Escola de Ciências Jurídicas

Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Flávia Lages de. História do direito geral e do Brasil. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CICCO, Claudio de. Historia do Pensamento Juridico e da Filosofia do Direito, 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGELOZZI, Gilberto. História do direito no Brasil. São Paulo: Freitas Bastos, 2012.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Curso de História do Direito. São Paulo: Método.
_____ Direito na história: Lições introdutórias. 2. ed. rev.
São Paulo: M. Limonad, 2012.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da História do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

PEDROSA, Ronaldo Leite. Direito em História. 6. Ed. rev. ampla. E atual. Rio de Janeiro: Lumen Júris 2008.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À POLÍTICA

CÓDIGO: JFJ0008

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Panorama abrangente da Ciência Política. Temas básicos : Teoria política, Ideologias políticas e direitos humanos, Instituições políticas, Partidos e sistemas partidários, Teoria das Relações internacionais, Políticas públicas, Sociologia política.

OBJETIVO GERAL:

Trabalhar as principais áreas temáticas da ciência política, como teoria política, ideologias políticas, direitos humanos, instituições políticas, partidos políticos, sistemas partidários, formas e sistemas de governo, teoria das relações internacionais, política externa, políticas públicas, sociologia política, dentre outros.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Apresentar aos alunos a visão geral da ciência política como campo de conhecimento.
2. Levar os estudantes a tomar um primeiro contato com alguns dos conceitos centrais do arcabouço teórico e empírico da Ciência Política.
3. Levar os estudantes a tomar um primeiro contato com instrumentos básicos para a reflexão política autônoma.

CONTEÚDOS

1. A política e seus vários significados;
2. Teoria política;
3. Ideologias políticas e Declarações de direitos;
4. Introdução ao conceito de alienação em Hegel e Marx;
5. Ideologias políticas;
6. Pensamento Político Brasileiro;
7. Sistemas políticos;
8. Instituições políticas;
9. Partidos políticos;
10. Eleições, campanhas eleitorais e voto;
11. Políticas públicas;
12. Movimentos sociais e ação coletiva;
13. Mudança social e relações de poder;
14. Relações internacionais;
15. Política e sociedade na América Latina;
16. Metodologia em Ciência Política.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.

- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RIBEIRO, João Ubaldo (1998). Política, quem manda, por que manda, como manda. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. Ler os capítulos 1, 2 e 3 (Pg. 7 a 27).

QUINTANA, Fernando (2014). Ética e Política: da antiguidade clássica à contemporaneidade. Cap. 18.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011;

Seleção de parágrafos:10, 19,32, 401,404, 405, 406, 409, 411, 418, 482, 483, 487, 488, 491, 497, 500, 507, 508, 658;

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004;

Capítulo: Trabalho Estranhado e Propriedade Privada, pp.79-90;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEVI, Margaret. (1991). Uma Lógica da Mudança Institucional. Revista Dados, Vol. 34, nº 1, p. 79-99.

LIMA JR., O. B. (1997). *Instituições Políticas Democráticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Pág. 111 a 128.

LIMONGI, F. (1994). O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos. Boletim Informativo Bibliográfico, nº 37, p. 3-38.

MERLE, Marcel (1981): *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: Editora UnB.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 5ª ed., 2004.

2002.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: Fundamentos em Direito, Política e Administração Pública

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO DIREITO I

CÓDIGO: JFJ0002

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Conceito de Direito. Enciclopédia Jurídica. Direito e Estado. O conceito de segurança jurídica. Relação Jurídica. Técnica. Correntes do pensamento. Teoria da norma e do ordenamento jurídico. Hermenêutica jurídica. Elementos e métodos de interpretação das normas. Procedimentos de integração normativa. Aplicação da lei no tempo.

OBJETIVO GERAL: Apresentar os conceitos fundamentais no campo do direito aos estudantes do início do curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer conhecimentos básicos e específicos sobre os fundamentos do Direito
2. Demonstrar o liame entre a Teoria do Direito e os demais estudos da área jurídica.

3. Fornecer conhecimentos básicos para o posterior estudo das disciplinas do curso de direito.

CONTEÚDOS

1. Conceito de Direito.

Fundamentos e finalidade do Direito.

Direito e Moral.

2. Enciclopédia Jurídica

Os ramos do Direito e as Carreiras jurídicas

3. Direito e Estado

Direito como manifestação do poder do Estado.

O conceito de segurança jurídica.

Sanção e coação.

4. Fontes do Direito

A fonte costumeira do Direito

A lei como fonte

A jurisprudência

Hierarquia de fontes

Outras fontes de Direito

5 Teoria da norma jurídica

Classificação da norma.

Estrutura da norma.

Vigência, validade e eficácia da norma.

6 .Relação jurídica

Conceito e elementos da relação jurídica.

Direito subjetivo e objetivo.

7. Técnica jurídica

Meios formais e substanciais da técnica jurídica.

Técnica legislativa.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

Escola de Ciências Jurídicas

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. 38. ed. rev. atual., Rio de Janeiro: Forense, 2016.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do Direito*. 48. ed. atual., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Aurélio Wander. *Introdução à Teoria do Direito*. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

_____. *Teoria da Norma Jurídica*. 6. ed., São Paulo: Edipro, 2016.

_____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 2.ed., São Paulo: Edipro, 2014.

FERRAZ JÚNIOR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. 9 ed. rev. ampl., São Paulo: Atlas, 2016.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

CÓDIGO: JFJ0036

CARGA HORÁRIA: 30 h

CRÉDITOS: 2

EMENTA: Natureza do conhecimento. Conhecimento em geral: estrutura do conhecimento, conhecimento científico e conhecimento vulgar. Conhecimento e Direito: planos do conhecimento jurídico. Dogmática e Zetética jurídica. Direito e ciência. Elaboração de Pesquisas. Pesquisa de campo e construção do objeto científico. Procedimentos para a organização do planejamento de estudo. Execução da Pesquisa. Trabalhos acadêmicos científicos. Componentes básicos do trabalho científico: pré-textuais, textuais e pós-textuais. Redação e padronização de textos. Normas técnicas de citação e referências.

OBJETIVO GERAL: Compreender o papel da educação superior na produção de conhecimento, em especial, a relação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento jurídico, identificando a importância da pesquisa e da redação de trabalhos acadêmicos com embasamento científico e segundo as normas da ABNT.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Identificar os diversos modos de conhecer;
2. Avaliar a importância do método para a prática científica;
3. Compreender a classificação das ciências;
4. Distinguir a Dogmática da Zetética jurídicas;
5. Aplicar diferentes técnicas de estudo;
6. Analisar as diferentes modalidades da pesquisa científica;
7. Aplicar as normas da ABNT nos trabalhos acadêmicos;

CONTEÚDOS

Natureza do conhecimento. Conhecimento em geral: estrutura do conhecimento, conhecimento científico e conhecimento vulgar. Conhecimento e Direito: planos do conhecimento jurídico. Dogmática e Zetética jurídica. Direito e ciência. Elaboração de Pesquisas. Pesquisa de campo e construção do objeto científico. Procedimentos para a organização do planejamento de estudo. Execução da Pesquisa. Trabalhos acadêmicos científicos. Componentes básicos do trabalho científico: pré-textuais, textuais e pós-textuais. Redação e padronização de textos. Normas técnicas de citação e referências.

Unidade 1 - O conhecimento

1.1. O que é metodologia científica?

1.2. Tipos de conhecimentos: senso comum, conhecimento científico, filosófico e

discurso religioso.

1.3. O método científico: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo.

1.4. As ciências: classificação.

UNIDADE II- Conhecimento e Direito

2.1 Planos do conhecimento jurídico.

2.2 Dogmática e Zetética jurídica.

2.3 Direito e ciência.

UNIDADE III- Elaboração de Pesquisas.

3.1 Pesquisa de campo e construção do objeto científico.

3.2 Procedimentos para a organização do planejamento de estudo.

3.3 Execução da Pesquisa. Trabalhos acadêmicos científicos.

3.4 Componentes básicos do trabalho científico: pré-textuais, textuais e pós-textuais.

3.5 Redação e padronização de textos.

3.6 Normas técnicas de citação e referências (ABNT)

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo

ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Aidil Jesus da Silva e LEHFELD, Neide Aparecida. Fundamentos de metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Pearson Education, 2008

FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KAHLMAYER-MERTENS, R. S.; FUMANGA, M.; TOFFANO, C. B.; SIQUEIRA, F. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 4.ed. RJ: Petrópolis: Vozes, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. Como fazer monografia na prática. 12. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E DE ADMINISTRAÇÃO.

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS

CÓDIGO: JFJ0043

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Conceituações, interpretações e classificações dos Direitos Humanos. Conceito de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Universalismo e Relativismo Cultural. Direitos Humanos e Globalização. Políticas Públicas em Direitos Humanos no Brasil: análise e avaliação. Gênero, diversidade e Direitos Humanos. Racismo e Multiculturalismo. DHESCA's (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Povos Indígenas e Quilombolas. Direito Humanitário e Direito dos Refugiados. Trabalho, Desigualdade e Desenvolvimento Humano. Violência Urbana. Mecanismos e Sistemas de Proteção aos Direitos Humanos. Movimentos Sociais e Direitos Humanos. Litigância estratégica e Ativismo jurídico transnacional . Temas contemporâneos.

OBJETIVO GERAL:

A disciplina objetiva abordar o estudo e a compreensão dos direitos humanos em face das políticas públicas, desde a perspectiva de teorias críticas, analisando os principais debates e desafios contemporâneos sobre o tema. Com a apresentação dos principais autores capazes de fomentar o debate teórico, a disciplina pretende trabalhar com a questão da efetivação dos direitos humanos e trazer reflexões a partir de temáticas cotidianas e atuais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a trajetória dos Direitos Humanos;
- Estimular o debate sobre conceitos e construções teóricas no que tange aos Direitos Humanos em uma perspectiva crítica, internacional, regional e interna;
- Identificar aspectos sociojurídicos dos Direitos Humanos;
- Investigar os temas relacionados a Políticas Públicas em Direitos Humanos, relacionados a temas como gênero, diversidade, racismo, povos indígenas e quilombolas;
- Abordar os sistemas e mecanismos jurídicos de proteção aos Direitos Humanos;
- Analisar os Direitos Humanos a partir de temas contemporâneos, atores e movimentos sociais;
- Estimular o conhecimento sobre Direitos Humanos como ferramenta/ instrumento de transformação política e social da realidade.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – POLÍTICAS PÚBLICAS

- 1.1. Conceituação básica
- 1.2. Produção de políticas públicas em contexto democrático
- 1.3. O Estado frente às demandas dos cidadãos por novas políticas públicas
- 1.4. Atores sociais e institucionais na gestão e formulação de políticas públicas
- 1.5. Políticas públicas e poder judiciário

UNIDADE II - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS

- 2.1. Concepções, classificações e interpretações nas teorias dos Direitos Humanos
- 2.2. Dimensões e Princípios de Direitos Humanos
- 2.2. Multiculturalismo e Direitos Humanos (Universalismo e Relativismo Cultural)

2.3. Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro

2.4. Estudo de casos sobre aplicação dos tratados internacionais direitos humanos

UNIDADE III – MARCOS NORMATIVOS E SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

3.1 O sistema brasileiro dos direitos fundamentais.

3.2 A cláusula de abertura dos direitos fundamentais – Recepção de normas internacionais.

3.3. Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos

3.4. Sistemas de Proteção aos Direitos Humanos: Global e Regional

3.5. Estudos de casos de cortes internacionais de Direitos Humanos

UNIDADE IV – TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E NOVOS DIREITOS

4.1. Opressões e Direitos Humanos (Gênero, discriminação étnico-racial, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Refugiados)

4.2. Direitos Humanos e Violência

4.3. DHEscas (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais)

4.4. Liberdade Religiosa e Estado Laico

4.5. Temas Contemporâneos de Direitos Humanos

UNIDADE V – MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

5.1. Mobilização de direitos e Judicialização da Política

5.2. Litigância estratégica e Ativismo jurídico transnacional em Direitos Humanos

5.3. Políticas Públicas, Poder Judiciário e Direitos Humanos.

Escola de Ciências Jurídicas

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

Serão realizadas aulas expositivas e participativas, debates, exibição de filmes, leitura de artigos e textos, bem como, estudos jurisprudenciais, julgamentos simulados e estudos de casos.

METODOLOGIA

As aulas serão realizadas a partir da leitura prévia de textos, que conduziram os debates sobre os temas das aulas. Além disso, pretende-se realizar julgamentos simulados, apresentação de seminários e estudos de casos emblemáticos que promovam maior interatividade entre os alunos. Pretende-se, ainda, trabalhar com debates atuais (internacionais, nacionais e locais) que envolvam Direitos Humanos e Políticas Públicas, com adaptação do programa adaptando do programa no tempo e no espaço permitindo a adaptação do conhecimento sobre os temas da realidade contemporânea.

RECURSOS

- Artigos de acadêmicos impressos/digitais
- Livros
- Quadro e pincel
- Datashow
- Filmes

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

A avaliação será feita por meio de fichamentos dos textos obrigatórios e de apresentação de artigo ao final da disciplina que contenha um estudo de caso sobre tema de escolha livre que se relacione com as questões abordadas em aula e utilize elementos da bibliografia do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2008.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERNER, Vanessa Oliveira Batista; LAENA, R. (Org.); Melino, H. (Org.). Teoria Crítica, Descolonialidade e Direitos Humanos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. v. 1. 250p.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ver. e atual. - - Brasília : SEDH/PR, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de direito internacional de direitos humanos. Vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

_____. Tratado de direito internacional de direitos humanos.

Vol. II. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

_____. Tratado de direito internacional dos direitos humanos.

Volume III. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Martha; MARQUES, Eduardo (Org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 87-122.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 7.ed. rev.e atual.São Paulo: Saraiva, 2010

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DOUZINAS, Costa. O fim dos Direitos Humanos. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2009.

FLORES, Joaquin Herrera. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis(SC): Fundação Boiteux. IDHID, 2009.

FONTE, Felipe de Melo. Políticas Públicas e Direitos Fundamentais: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito, 1a Edição. Saraiva, 2012.

MACDOWELL SANTOS, Cecília. Os direitos humanos são resultado das relações de poder. Disponível em:
http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3629&secao=349

MIGNOLO, Walter. Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad. Ediciones del Signo, Buenos Aires - Argentina, 2010.

NIKKEN, Pedro. Sobre el Concepto de Derechos Humanos. In: Instituto Interamericano de Derechos Humanos – IIDH. Seminario sobre Derechos Humanos (30 de mayo – 1 junio de 1996, La Habana, Cuba), San José, Costa Rica, 1997.

PETERKE, Sven (org.). Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais. Brasília: Escola

Superior do Ministério Público da União, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 10a. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Se Deus fosse um activista dos Direitos Humanos, Coimbra: Almedina, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SOUZA JR., José Geraldo Direito como liberdade: o direito achado na rua. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2011.

SOUZA JR., José Geraldo et al. (Orgs). Educando para os Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Editora Síntese, 2004.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen&Juris, 2008.

SILVEIRA, Vladimir de Oliveira. ROCASOLANO, Maria Mendez. Direitos humanos. Conceitos, significados e funções. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIEIRA, Oscar Vilhena. DUPREE, A. Scott. Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos. Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos. [online]. 2004, vol.1, n.1, pp.48-69.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA I

CÓDIGO: JDP0113

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Sistemas de composição: autotutela, autocomposição e heterocomposição. Métodos de composição de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Advocacia preventiva. Tribunal multiportas. Modo não adversarial de encaminhamento de disputas. Técnicas de negociação, de conciliação e de mediação.

OBJETIVO GERAL:

Iniciar o aluno no exercício profissional de uma advocacia diferenciada, distinta do perfil usual do advogado do contencioso, e na atuação como mediador, conciliador, árbitro ou qualquer outro papel de facilitador ou intermediador na resolução de conflitos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Obter o conhecimento através da busca da prevenção de conflitos ou a sua

composição por métodos não estatais ou consensuais.

2. Adquirir a mentalidade específica que informam esses métodos e qualificam esses profissionais.

3. Reconhecer a eficácia dos modos não adversariais de solução dos conflitos

CONTEÚDOS

1. A filosofia dos mecanismos adequados de solução de conflitos.

2. Sistemas de composição de conflitos: autotutela, autocomposição e heterocomposição.

3. Métodos de composição de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem.

4. Advocacia preventiva, mediação judicial e extrajudicial da Lei de Mediação, mediação endoprocessual e conciliação do Código de Processo Civil, transação penal, remissão do Estatuto da Criança e do Adolescente, termo de ajustamento de conduta celebrado numa Ação Civil Pública e Lei de Arbitragem.

5. Procedimentos diferenciados: justiça restaurativa e processos circulares.

6. O tribunal multiportas e o discernimento quanto ao meio adequado de composição de conflito.

7. O raciocínio jurídico aplicado à resolução não impositiva de disputas. Interpretação e aplicação do direito de modo não adversarial.

8. Técnicas de negociação e o papel do negociador.

9. Técnicas de conciliação e o papel do conciliador.

10. Técnicas de mediação e o papel do mediador.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Tania. *Caixa de Ferramentas em Mediação* - Aportes práticos e teóricos. Editora Dash.

FISHER. Roger. Ury. William. *Como chegar ao sim*. 3. ed. Rio de Janeiro: Solomon Editores, 2014.

SALLES, Carlos Alberto. *Negociação, Mediação e Arbitragem* - Curso Básico para Programas de Graduação em Direito. São Paulo: Método, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Tania. PELAJO, Samantha. JONATHAN, Eva. (coords.) Mediação de conflitos - para iniciantes, praticantes e docentes - conforme o novo CPC. Salvador: Juspodivm, 2016.

PRANIS, Kay. Processos circulares (trad. Tônia Van Acker). São Paulo: Palas Athena, 2010.

ZEHR, Howard. Justiça restaurativa (trad. Tônia Van Acker). São Paulo: Palas Athena, 2012.

CAHALI, Francisco José. Curso de Arbitragem. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

FISHER. Roger. Ury. William. Como chegar ao sim. 3ª ed. Rio de Janeiro: Solomon Editores: 2014.

Escola de Ciências Jurídicas

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA II

CÓDIGO: JDP0114

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Princípios fundamentais e normas processuais que regem o Direito do Consumidor em Juízo. A importância do PROCON. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores na área consumeirista.

OBJETIVO GERAL: Proporcionar ao futuro profissional da área jurídica domínio dos princípios fundamentais e das normas que regem o Direito do Consumidor, capacitando-o para solucionar situações práticas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Introduzir o acadêmico na prática forense cível especializada no âmbito do consumidor, traduzindo o dia-a-dia do advogado militante na referida área

2. Equacionar o aprendizado da teoria à utilização prática do processo de conhecimento (em todas as suas fases) e de execução.

3. Exercitar o afazer na elaboração das peças jurídicas (conforme os requisitos que lhes são inerentes), prática necessária à atividade judicante em todas as fases do processo.

CONTEÚDOS

III – EMENTAS: (CONTEÚDO PROGRAMÁTICO)

UNIDADE 1 – Consolidação do paradigma da proteção do consumidor, e o tratamento constitucional conferido à defesa do consumidor pela Constituição Federal de 1988, identificando suas principais regras e princípios;

UNIDADE 2 – Conhecimento da legislação específica;

UNIDADE 3 – Elementos constituintes da relação do consumo, dominando os conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço, assim **como os principais direitos do** consumidor e os objetivos e princípios norteadores da Política Nacional de Relações de Consumo;

UNIDADE 4 – Normas que orientam a responsabilização por danos causados ao consumidor, bem como as práticas comerciais e a proteção contratual do consumidor.

UNIDADE 5 – Regras especiais processuais os principais instrumentos que regem a defesa do consumidor em juízo, em especial as normas dos Juizados especiais Cíveis;

UNIDADE 6 – Prática sobre casos concretos com a identificação dos principais atos processuais e elaboração das peças processuais mais importantes.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo e elaboração de peças processuais a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o

período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARQUES, Cláudia Lima et al. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: RT, 2010.

_____. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: RT, 2010.

MARQUES, Cláudia Lima et al. **Manual de Defesa do Consumidor**. São Paulo: RT, 2010.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de Direito de Consumidor**. 6.ed. rev. e atual São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, João Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BARBOSA, Fernanda Nunes. **Informação: direito e dever nas relações de consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito do consumidor**. 6ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

CANUT, Letícia. **Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico: uma questão de inteligência coletiva que ultrapassa o direito tradicional**. Curitiba: Juruá, 2006.

CRUZ, Guilherme Ferreira da. **Princípios Constitucionais das Relações de Consumo e dano Moral**. Outra concepção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezini. **Vícios do Produto e do Serviço por Qualidade, Quantidade e Insegurança**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO DE DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **Prática Jurídica III (Prática Jurídica em Direitos Humanos)**

CÓDIGO: JDP0115

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: **4**

EMENTA:

Introdução ao estudo dos Direitos Humanos. Aspectos sociojurídicos dos Direitos Humanos. A proteção aos Direitos Humanos e a Constituição de 1988. Tratados internacionais de Direitos Humanos. Sistemas internacionais de proteção aos Direitos Humanos: Global e Regional. Direitos dos Refugiados e Direito Humanitário. Temas atuais de Direitos Humanos e novos atores.

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver habilidades técnico-jurídicos para prática jurídica na advocacia em Direitos Humanos, com uma discussão sobre a problemática dos direitos humanos na perspectiva contemporânea. Compreender e trabalhar, através dos movimentos sociais e dos documentos que consolidaram uma doutrina dos Direitos Humanos a dinâmica da relação entre a Constituição Federal de 1988 e esses direitos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a aplicabilidade e a realidade contemporânea (ser) dos Direitos Humanos por meio do estudo de seus marcos normativos nacional e internacional (dever ser).
- Compreender a aplicabilidade desses direitos no ordenamento jurídico nacional.
- Abordar aspectos técnicos e estratégicos para elaboração de petições, memoriais de *amicus curiae* (amigo da corte) e pareceres.

Escola de Ciências Jurídicas

- Realizar parcerias e intervenções em ações que tramitam no Poder Judiciário e envolvam debates de temas sensíveis de direitos humanos.
- Despertar nos alunos o interesse pela atividade de assessoria jurídica em direitos humanos.
- Criar competências para o exercício da advocacia de interesse público.
- Fomentar o exercício da criatividade jurídica e institucional.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos

Conceito de Direitos Humanos

Direitos civis e políticos

Direitos econômicos e sociais

UNIDADE II – Universalismo e Relativismo Cultural

Debates sobre noção universal de direitos humanos e o reconhecimento do caráter multicultural da sociedade contemporânea.

Estudos de casos

UNIDADE III – Direitos Humanos e sua proteção no plano interno

Incorporação dos tratados internacionais de Direitos Humanos

Direitos Humanos e Direitos Fundamentais

Estudo de casos

UNIDADE IV – Órgãos de proteção aos Direitos Humanos

Sistema Global e os mecanismos convencionais e não convencionais de proteção.

Sistema Interamericano: Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Estudo de casos

UNIDADE VI – Direitos dos Refugiados e Direito Humanitário

Migração e refúgio com análise das categorias migratórias existentes, dos atores, da governança migratória global e doméstica brasileira.

Refugiados no Brasil com análise da legislação a eles aplicável e das políticas públicas.

Estudo de casos.

UNIDADE VII - Temas atuais de Direitos Humanos e novos atores

Gênero (violência doméstica, Lei Maria da Penha; prostituição; feminicídio)

Raça (ações afirmativas e sistema penal e a questão racial)

Diretos Sexuais e Reprodutivos (união entre pessoas do mesmo sexo; transexualidade; aborto)

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, com atribuição de carga horária pelas tarefas.

RECURSOS

Artigos de mídia impressa/digital

Doutrina

Datashow

Estudos de casos

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação será realizada através das atividades práticas realizadas ao longo do curso como a elaboração petições, pareceres e memoriais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 4.ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos Direitos do Homem. 3. Ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Saraiva, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JÚNIOR, Alberto do e JUBILUT, Liliana Lyra (orgs.). *O STF e o direito internacional dos direitos humanos*. Quartier Latin, São Paulo: 2009.

BARROSO, Luís Roberto. *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 6a ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. *Litígio Estratégico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Ed. Fórum, Belo Horizonte: 2012.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. *Por um constitucionalismo difuso: cidadãos, movimentos sociais e o significado da Constituição*. 1ª edição. Salvador: Editora JusPodivm, 2016.

JUBILUT, Liliana. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

Escola de Ciências Jurídicas

LISBOA, Aline. Manifestação em processos: A sociedade não precisa ser “parte” para participar, *in Participação Social no Controle de Constitucionalidade: A propositura de ações diretas, o amicus curiae e as audiências públicas*. Editora Fórum. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

**DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA IV - MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS TRABALHISTAS**

CÓDIGO: JDP0116

CARGA HORÁRIA: 75 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Sistemas de composição: autotutela, autocomposição e heterocomposição. Métodos de composição de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Advocacia Trabalhista preventiva. Conciliação no Processo do Trabalho. Modo não adversarial de encaminhamento de disputas. Técnicas de negociação, de conciliação e de mediação na esfera trabalhista. Comissões de Conciliação Prévia.

OBJETIVO GERAL:

Iniciar o aluno no exercício profissional de uma advocacia diferenciada, distinta do perfil usual do advogado do contencioso, e na atuação como mediador, conciliador, árbitro ou qualquer outro papel de facilitador ou intermediador na resolução de conflitos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Definir e delimitar as características específicas da mediação trabalhista.
2. Compreender das peculiaridades do processo do trabalho, mediante o estudo da Constituição Federal, da Consolidação das Leis do Trabalho, do Código de Processo Civil e da legislação correlata, bem como da doutrina e da jurisprudência nacionais.
3. Refletir sobre o modelo jurisdicional brasileiro de solução dos conflitos decorrentes das relações de trabalho, posicionando-se de forma crítica a seu respeito.
4. Evidenciar a importância da Mediação.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Sistemas de composição de conflitos: autotutela, autocomposição e heterocomposição.

UNIDADE II – Princípios do Direito Processual do Trabalho;

UNIDADE III – Organização e Competência da Justiça do Trabalho;

UNIDADE IV – Métodos de composição de conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem;

UNIDADE V – Partes e procuradores;

UNIDADE VI – Dissídio individual;

UNIDADE VII – Conciliação Trabalhista;

Escola de Ciências Jurídicas

UNIDADE VIII – O raciocínio jurídico aplicado à resolução não impositiva de disputas. Interpretação e aplicação do direito de modo não adversarial.

UNIDADE IX – Comissão de Conciliação Prévia: Composição e Funcionamento.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende AULAS EXPOSITIVAS, SEMINÁRIOS, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, ESTUDOS JURISPRUDENCIAIS DE CASOS CONCRETOS, LEITURA DE TEXTOS.

METODOLOGIA

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e trabalhos individuais e em grupo a serem realizados no NPJur e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas. Participação dos alunos com orientação do professor na mediação trabalhista.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Cumprimento pelo aluno-estagiário de pelo menos 75 horas distribuídas em atividades práticas que variam de acordo o projeto de extensão e pesquisa em curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Tania. PELAJO, Samantha. JONATHAN, Eva. (coords.) Mediação de conflitos - para iniciantes, praticantes e docentes - conforme o novo CPC. Salvador: Juspodivm, 2016.
- BORBA, Joselita Nepomuceno. Direito Coletivo do Trabalho e Mediação: Teoria e prática. Editora LTR, 2016.
- BRITO, Rildo Albuquerque Mousinho de: Mediação e Arbitragem de Conflitos Trabalhistas no Brasil e Canadá. Editora: LTR, 2010.
- PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire e LOCKMANN, Ana Paula Pelegrinna: Conciliação Judicial Individual e Coletiva e Formas Extrajudiciais de Soluções de Conflitos Trabalhistas. Editora LTR, 2016.
- TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Manual da audiência na justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, 12ª. edição, São Paulo:LTr, 2014.
- SARAIVA, Renato. *Curso de Direito Processual do Trabalho – Conforme o Novo CPC*. Ed. Jus Podivm, 2016.
- SCHIAVI, Mauro. *Processo do Trabalho*, Volume 16, 2ª. edição. São Paulo: Saraiva: 2014.
- SCHIAVI, Mauro. *Execução no Processo do Trabalho*, 8ª. edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

CURRÍCULO.2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO:

DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA

CÓDIGO: JFJ0023

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Conceito e Histórico da Psicologia Jurídica. Métodos em Psicologia Geral e Psicologia Forense. Campos de Aplicação da Psicologia Forense. Fatores determinantes do comportamento. Estruturação e formação da personalidade. Tipos de personalidade. Motivações humanas. Emoções e paixões. Simulação e dissimulação. Psicopatologias. Tópicos da psicologia relacionados ao direito e à criminologia psicopatológica. A violência e a criminalidade do ponto de vista da ciência psicológica.

OBJETIVO GERAL: Promover a reflexão crítica sobre a inserção do psicólogo no âmbito jurídico, desenvolvendo habilidades para a atuação em equipes multidisciplinares no contexto das instituições de direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. - Contextualizar historicamente a inserção do psicólogo nas instituições de direito
2. Conhecer e compreender as avaliações psicológicas realizadas no contexto das situações beligerantes.
3. Capacitar o aluno para propor formas de intervenção que visem a promoção da saúde mental e respeitem as particularidades das pessoas envolvidas.

CONTEÚDOS

UNIDADE 1 Noções preliminares da Psicologia Jurídica

1.1 As ciências e o sujeito: as diferentes perspectivas: filosóficas, psicológicas, psiquiátrica, psicanalíticas e jurídicas.

1.2 A Psicologia Jurídica: histórico, desenvolvimento e desdobramentos e questões éticas

1.3 A estruturação subjetiva. Fundamentos psicanalíticos. Intervenção da psicanálise na cultura.

UNIDADE II- Psicologia Geral e Psicologia Forense

2.1 A interface da psicanálise e Direito.

2.2 Questões da leis, das leis e éticas. A ética psicológica e as peculiaridades da ética da psicanálise.

2.3 Diferentes possibilidades de intervenção no campo jurídico.

UNIDADE III- Diferentes possibilidades de intervenção no campo jurídico –

- 3.1 Questões criminais: Fenômeno delinquencial, intervenção junto à JECRIMs, perícia, insanidade mental e crime, estudo sobre crime, trabalho com egressos,

Escola de Ciências Jurídicas

penas alternativas.

3.2 Questões da infância e juventude: avaliação psíquica na Vara da Infância e Juventude, violência contra criança e adolescente, cuidados com a mãe para proteção do filho, intervenção junto à conselhos tutelares, supervisão de casos atendidos na Vara, adoção, crianças e adolescentes desaparecidos com práticas infratoras, infração e medidas sócio-educativas, “ atuação junto a projetos preventivos” e atendimento terapêutico .

3.3 Questões de família: intervenção em separações, reconhecimento de paternidade, acompanhamento de visitas, perícia, disputa de guarda, mediações..

3.4 Questões trabalhistas: acidentes de trabalho, afastamentos.

3.5 Questões policiais/militares: treinamento e formação do policial, avaliação pericial em instituição policial, implantação do curso de direitos humanos.

3.6 Questões do testemunho: falsas memórias em depoimentos de testemunhas, questões sobre a veracidade, trabalho transdisciplinar de apoio e proteção à testemunhas, vítimas de violência e seus familiares.

3.7 Questões de vitimologia: atuação junto à pessoas vítima de violência e de torturas

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.

- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALTOÉ, Sonia (Org.) Sujeito do Direito. Sujeito do Desejo – Direito e Psicanálise, Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

ALTOÉ, Sonia. Infâncias perdidas – O cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon, 1990

BRANDÃO, Eduardo, GONÇALVES, Hebe. (orgs) Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTOÉ, Sonia (Org.) A lei e as leis: Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.

CASTEL, Robert. A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal. 1978

CARRARA, S. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DELGADO, P. G. As razões da tutela: psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil. Rio de Janeiro: Te Corá, 1992.

FOUCAULT, Michel Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **SOCIEDADE ANÔNIMA**

CÓDIGO: JDP0069

CARGA HORÁRIA:30

NÚMERO DE CRÉDITOS: 2

EMENTA: Sociedade anônima: noções gerais e características. Constituição. Classificação. Formação. Extinção. Administração.

OBJETIVO GERAL

O objetivo da disciplina é levar o aluno a refletir sobre as questões teóricas e práticas em matéria de sociedades anônimas.

Deste modo, a sua finalidade é propiciar ao alunado uma sólida formação prático-profissional, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, compreender as linhas teóricas e prática que ordenam as sociedades anônimas e a importância destes para a atividade econômica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar, de forma crítica, a atual legislação sobre as sociedades anônimas, nas

suas vertentes principais e entender as principais correntes a ela relativas;

- Analisar as diversas correntes jurisprudenciais relativas aos temas ligados às sociedades anônimas, identificando a praticidade da matéria;
- Realizar pesquisas acadêmicas e estudos no campo das sociedades anônimas;
- Dispor dos conceitos base das sociedades anônimas para, no futuro, realizar trabalhos de consultoria jurídica e de contencioso nessa área.

CONTEÚDOS

1) Noções Gerais: Conceito. Sistema Legal. Desenvolvimento Histórico. A S/A no Brasil. Natureza e Características da S/A.

2) Objeto Social. Denominação. Classificação das S/A

3) Constituição da S/A: Subscrição Pública e Subscrição Particular. Fundadores. Responsabilidade dos Subscritores

4) Capital Social: Conceito. Formação. Avaliação dos Bens. Transferência dos Bens. Capital Autorizado. Aumento e Redução do Capital Social.

5) Ações: Conceito. Espécies. Classes. Circulação. Amortização. Resgate. Reembolso.

6) Debêntures: Definição. Espécies. Formalidades. Emissão. Remuneração. Garantias.

Agente Fiduciário. Vencimento. Resgate. Amortização. Extinção.

7) Bônus de Subscrição. Partes Beneficiárias.

8) Acionistas: Noção. Deveres. Direitos. Acionista Majoritário e Minoritário. Acionista Controlador.

9) Assembleia Geral: Função. Assembleia Ordinária. Assembleia Extraordinária. Convocação. Funcionamento.

10) Administração: Função. Estrutura. Conselho de Administração. Diretoria. Administradores. Poderes. Deveres. Responsabilidade.

11) Fiscalização: Conselho Fiscal.

12) Alterações da Estrutura Social: Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão.

13) Grupo de Sociedades

14) Dissolução. Liquidação. Extinção

15) Mercado de Capitais: Conceito. Valores mobiliários. Operações. Fiscalização

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A disciplina será ministrada com base no método expositivo e no método socrático, com uma primeira parte onde haverá uma exposição teórica, seguida de estudo de casos. Os alunos deverão preparar previamente as aulas e os temas do conteúdo programático. Os alunos deverão realizar atividades de leitura fora de aula e deverão manter-se atualizados com relação às notícias sobre falência e recuperação judicial e extrajudicial.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no

período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas, 7ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. Direito Societário: Sociedades Simples e Empresárias, 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2016

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 24. ed. atual. 2º tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006. 2.v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 7. ed. atual. de acordo com a nova lei de falencias. São Paulo: Atlas, 2006.

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro. São Paulo: Atlas, 2004. 1.v.

MARTINS, Fran. Curso de direito comercial. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MIRANDA, JR.; Darcy Arruda. Curso de direito comercial. São Paulo: Juridica Brasileira, 2003.

SANTA CRUZ. André Luiz. Direito Empresarial Esquematizado - 7ª Ed. São Paulo:



Saraiva 2017 .

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: **DIREITO POSITIVO**

DISCIPLINA: **TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL I**

CÓDIGO: JDP0064

CARGA HORÁRIA: 60

NÚMERO DE CRÉDITOS:4

EMENTA:. Introdução ao direito de empresa. Origem e evolução histórica. Direito empresarial na Constituição e no Código Civil. O empresário. Características e pressupostos legais. Obrigações legais do empresário. Nome empresarial. O estabelecimento empresarial. Noção, natureza jurídica e regime jurídico de estabelecimento. Elementos e Negócios com o estabelecimento empresarial. A proteção industrial da atividade empresária. Sociedades empresárias. Elementos gerais e específicos. Atos constitutivos. Classificação. Capital social. Administração. Sócios. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Formas de exercício individual da atividade empresarial.

OBJETIVO GERAL: propiciar o conhecimento da evolução, princípios e fontes do Direito de empresa. Estudar as formas das atividades empresariais na legislação pátria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Reconhecer a evolução do Direito Empresarial no Brasil;
2. Identificar, associando a legislação pertinente, as diversas fases do Direito Empresarial.
3. Distinguir e caracterizar a atividade empresarial no Brasil.

CONTEÚDO :

UNIDADE I: INTRODUÇÃO AO DIREITO DE EMPRESA

1. Origem e evolução histórica: da Teoria dos Atos de Comércio à Teoria da Empresa.
2. Atividade empresarial e mercado
3. Função social da empresa
4. Os princípios peculiares do direito empresarial e a questão da sua autonomia.
5. A visão constitucional da empresa
6. Direito empresarial no Código Civil

UNIDADE II: O EMPRESÁRIO

1. Conceito
2. Características
3. Pressupostos para o exercício da atividade empresarial
4. Espécies de Empresário
5. O empresário Individual
6. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)
7. Distinção entre empresa e empresário
9. Registro público de empresas mercantis.

9.1. A evolução do RPEM

9.2. Natureza constitutiva ou não do RPEM

9.3. As funções do RPEM: Guarda dos atos, publicidade perante terceiros, presunção da qualidade de empresário.

10. Obrigações legais do empresário: A escrituração.

10.1. Evolução da escrituração do empresário.

10.2. Balanço patrimonial e de resultado econômico.

10.3. Livros obrigatórios e facultativos.

10.4. O sigilo da escrituração empresarial

10.5. A prova através da escrituração empresarial

11. Identificação do empresário: Nome empresarial

11.1. Definição e requisitos (princípio da novidade e princípio da veracidade)

11.2. Firma

11.3. Denominação

11.4. Proteção jurídica do nome empresarial

UNIDADE III: O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

1. Noção, natureza jurídica e regime jurídico de estabelecimento

2. Elementos do estabelecimento (tangíveis e intangíveis; ponto).

3. Negócios com o estabelecimento empresarial

3.1 O contrato de Trespasse

4. Aviamento e clientela

5. Ponto comercial

5.1 Proteção ao Ponto Comercial

5.2 Locação do Ponto Comercial

5.3 Ação Renovatória

6. A proteção industrial da atividade empresária.

6.1. Noção jurídica de marca, patente e modelo de utilidade.

6.2. Concorrência desleal. Convenções lícitas e ilícitas.

7. Alienação do Estabelecimento.

7.1 Anuência dos Credores.

7.1.2 Responsabilidade do Passivo

7.1.3 Restrição de atuação no mesmo ramo

UNIDADE IV: SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

1. Noção de sociedade

2. Elementos gerais

3. Elemento específico – a partilha do risco

4. Realidades jurídicas que podem gerar confusão: Condomínio, associação e fundação

5. Sociedades empresárias e sociedades simples

6. Sociedades empresárias e sociedades cooperativas

7. A nacionalidade das sociedades

8. Sociedades dependentes de autorização.

9. Ato constitutivo das sociedades empresárias

9.1. Teoria do contrato plurilateral

9.2. Teoria do ato institucional

9.3 Contribuição para o capital social e partilha dos resultados

10. Classificação

10.1. A questão da tipicidade societária

10.2. Sociedades de pessoas e sociedades de capitais

10.3. Origem, natureza jurídica e características essenciais das sociedades em nome coletivo, em comandita (simples e por ações), limitadas, anônimas, em comum e em conta de participação.

11. Sociedades empresárias do Código Civil

11.1. Sociedades Personificadas e não Personificadas.

11.2. Sociedades empresárias destituídas de personalidade jurídica (sociedades com registro irregular – registro impróprio e registro vencido), (sociedades sem registro - sociedades em conta de participação e sociedades em comum)

11.3. Teoria da superação da personalidade jurídica das sociedades empresárias

12. Capital social

12.1. Definição, terminologia, divisão e função

12.2. Distinção entre capital social e patrimônio social

12.3. Capital social mínimo e máximo

12.4. Instrumento e momento da fixação do capital social

12.5. Composição

12.5. Tipos de contribuições dos sócios

12.6. Natureza da transferência das contribuições dos sócios

12.7. Valoração das contribuições dos sócios

12.8. Momento da integralização

12.9. Efeitos tributários da integralização

12.10. Consequências da não integralização

12.11. Posição dos sócios com relação à sociedade, pela sua contribuição.

Prestações acessórias e complementares

12.11. Variação do capital social: Aumento e redução do capital social

12.12. O capital social enquanto garantia dos credores: O princípio da intangibilidade do capital social

13. Quotas

13.1. Natureza jurídica das quotas

13.2. Divisão e valor das quotas

13.3. Representação das quotas

13.4. Distinção entre quotas primitivas e posteriores

13.5. Indivisibilidade das quotas

13.6. Copropriedade das quotas (exercício dos direitos e responsabilidade dos condôminos)

13.7. Cessão das quotas (forma, autorização, direito de preferência, responsabilidade do cedente e do cessionário, direito de preferência)

13.8. Amortização das quotas

13.9. Penhora das quotas

14. Sócios

Escola de Ciências Jurídicas

14.1. Qualidade de sócio

14.2. Deveres dos sócios: contribuição para o capital social, partilha dos prejuízos, lealdade com a sociedade

14.3. Direitos dos sócios: partilhar os lucros, fiscalizar a sociedade, porpor-se para a administração da sociedade.

14.4. Sócio incapaz e sócio menor

14.5. Sociedades entre pais e filhos e sociedades entre cônjuges

14.6. Sócio pessoa jurídica

14.7. Sócio proibido de comercial

14.8. Pluralidade de sócios e unipessoalidade superveniente e originária

14.9. Resolução da sociedade em relação ao sócio.

14.9.1. Falência de sócio

14.9.2.. Morte de sócio

14.9.3. Retirada de sócio

14.9.4. Exclusão de sócio

15. Administração da sociedade

15.1. Natureza jurídica da administração

15.2. Quem pode ser administrador

15.3. Exercício individual ou coletivo da administração

15.4. Remuneração do administrador

15.5. Poderes do administrador (limitações pelo objeto social (ultra vires), limitações legais e limitações contratuais; oponibilidade a terceiros)

15.6. Deveres do administrador (atuação em prol da sociedade, prestar contas aos sócios)

15.7. Responsabilidade do administrador

15.8. Prestação de caução

15.9. Solidariedade entre administradores

16.Reorganização societária: transformação, incorporação, fusão e cisão.

17.Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

18. Formas de exercício individual da atividade empresarial.

18.1. Empresário individual: Noção jurídica

18.2. O regime jurídico do empresário individual: Capacidade e incapacidade. Emancipação. Proibidos de exercer atividade empresária individual..

18.3. Categorias especiais: microempreendedor individual (MEI), microempresário (ME) e empresário de pequeno porte (EPP).

18.4. Perda da qualidade de empresário individual: Morte, cessação voluntária do exercício da atividade, incapacidade superveniente, falência, impossibilidade legal.

19.Forma especial de exercício individual da atividade empresarial: Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI)

19.1. Noção e natureza jurídica

19.2. Problemas jurídicos

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Amador Paes. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Saraiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BULGARELLI, Waldirio. Sociedades comerciais. São Paulo: Atlas, 2002.
- MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. Tratado de direito comercial brasileiro. Campinas: BookSeller, 2000. 1.v.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial. 16. ed. rev. e atual. de acordo com a nova lei de falências. São Paulo: Saraiva, 2005.
- COELHO, Fábio Ulhoa. A sociedade limitada no novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2003.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL II**

CÓDIGO: JDP 0073

CARGA HORÁRIA: 60

NÚMERO DE CRÉDITOS: 4

EMENTA:

Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Nota Promissória. Letra de Câmbio. Cheque. Duplicata. Representação de mercadorias em títulos de crédito (Conhecimento de Transporte, Conhecimento de Depósito e Warrant, Cédula de Produto Rural). Títulos de Crédito de Financiamento (Cédula de Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural, Cédula e Nota de Crédito Industrial, Títulos de Crédito Comercial e à Exportação, Cédula de Crédito Bancário).

OBJETIVO GERAL

O objetivo da disciplina é levar o aluno a refletir sobre as questões teóricas e práticas em matéria de títulos de crédito.

Deste modo, a sua finalidade é propiciar ao alunado uma sólida formação prático-profissional, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, compreender as linhas teóricas e prática que ordenam os títulos de crédito e a importância destes para a atividade econômica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar, de forma crítica, a atual legislação sobre títulos de crédito, nas suas vertentes principais e entender as principais correntes a ela relativas;
- Analisar as diversas correntes jurisprudenciais relativas aos temas ligados a títulos de crédito, identificando a praticidade da matéria;
- Realizar pesquisas acadêmicas e estudos no campo dos títulos de crédito.
- Dispor dos conceitos base de direito dos títulos de crédito para, no futuro, realizar trabalhos de consultoria jurídica e de contencioso nessa área.

CONTEÚDOS

I- Teoria Geral dos Títulos de Crédito

1. O crédito e sua mobilização. A função dos títulos de crédito. A peculiaridades das normas de direito cambiário.
2. O Código Civil (Lei nº 10.406/01) e a teoria dos títulos de crédito.
3. Conceito de título de crédito. Características dos títulos de crédito. Atributos dos títulos de crédito. Título escritural e gerado por meio eletrônico.
4. Classificações, em especial, em relação ao conteúdo da declaração cambiária e à circulação. Títulos ao portador, à ordem, não à ordem e nominativos.
5. Declaração cambial originária.

6. Aceite.
7. Endosso
8. Aval.
9. Vencimento.
10. Apresentação.
11. Pagamento.
12. Protesto.
13. Intervenção.
14. Ação por Falta de Pagamento

II- Títulos de Crédito em Espécie

1. Nota Promissória: Origem Histórica. Definição. Características.
2. Letra de Câmbio: Conceito. Características Específicas. Aceite.
3. Cheque: Definição. Natureza Jurídica. Emissão. Forma. Efeitos.
4. Duplicata: Definição. Natureza Jurídica. Emissão. Forma. Efeitos. Circulação. Aval. Vencimento. Apresentação. Pagamento. Ação por Falta de Pagamento
5. Títulos de Crédito de Financiamento. Cédula de crédito bancário. Cédula de crédito imobiliário. Outros títulos de financiamento (cédula de crédito rural, industrial e comercia, nota promissória rural, duplicata rural, nota de crédito industrial, títulos de crédito comercial e à exportação)
6. Títulos de crédito representativos de mercadorias: Conhecimento de Transporte.

Escola de Ciências Jurídicas

Conhecimento de depósito e warrant. Cédula de produto rural.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A disciplina será ministrada com base no método expositivo e no método socrático, com uma primeira parte onde haverá uma exposição teórica, seguida de estudo de casos. Os alunos deverão preparar previamente as aulas e os temas do conteúdo programático. Os alunos deverão realizar atividades de leitura fora de aula e deverão manter-se atualizados com relação às notícias sobre títulos de crédito.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no

período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e Prática dos Títulos de Crédito, 30ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo : Saraiva, vol 1, 19ª. Ed. 2015.

AGUILAR, Fernando Heren. Direito concorrencial. Coleção Direito Econômico. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JÚNIOR, Luiz Emygdio da Rosa. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

MARTINS, Fran. Títulos de Crédito. 2 vols, 17ª. Ed. Rio de Janeiro : Forense, 2016.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo : Saraiva vol. 2, 32ª. Ed., 2015.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas. São Paulo: Saraiva, 2013.

BORGES, João Eunápio. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: DIREITO POSITIVO

DISCIPLINA: **TEORIA GERAL DO PROCESSO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

CÓDIGO: JDP0013

CARGA HORÁRIA: **60 h**

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Monopólio da aplicação do direito pelo Estado. Jurisdição e solução de conflitos de interesse. Direito de ação. Processo judicial. Garantias processuais. Organização judiciária.

OBJETIVO GERAL: Promover o domínio e conhecimento da teoria geral do processo da instrumentalidade do processo como elemento de efetivação dos direitos previstos na Constituição da República e na legislação infraconstitucional..

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Proporcionar conhecimento teórico e prático ao aluno

2. Apresentação dos fundamentos da jurisdição e da importância e função dos

tribunais no sistema jurídico,.

3. Entender o mecanismo de acesso da sociedade ao Poder Judiciário por meio de instrumento do direito de ação.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Teoria geral do processo

- Conflito de interesses, pretensão, lide
- Jurisdição
 - jurisdição de direito
 - jurisdição de equidade
 - jurisdição voluntária
 - função jurisdicional
 - limites da jurisdição nacional
 - cooperação internacional
- Ação
 - ação como condição para o exercício da jurisdição
 - teorias da ação
 - elementos da ação
 - individualizaçãodas ações
 - condições da ação
 - ação, demanda, petição inicial
 - ação e defesa

- Processo
 - noções
 - direito processual
 - relação jurídica processual
- as normas fundamentais e a aplicação das normas processuais
 - princípios constitucionais do processo civil
 - noções sobre competência
 - Ministério Público
 - Advocacia

UNIDADE II – Órgãos da função jurisdicional – Organização judiciária

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.

Escola de Ciências Jurídicas

- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. v. I, 9. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v. I, 58. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GRECO, Leonardo Greco. *Instituições de Processo Civil - Introdução ao Direito Processual Civil*, v. I, 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARINONI, Luiz Guilherme et alli. *Novo Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo Civil*. v. I, 3.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CÂMARA, Alexandre. *O novo Processo Civil brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

FUX, Luiz. *Teoria Geral do Processo Civil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. (Trad.: de Ellen Gracie Northfleet).

Porto Alegre: Fabris, 1988.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. vol. I. 6ª ed. São

Paulo: Malheiros, 2005.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS EM DIREITO, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: TEORIAS DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO

CÓDIGO: JFJ0056

CARGA HORÁRIA: 60 h

CRÉDITOS: 4

EMENTA: Teorias do Estado. Classificação do Estado. Crise da soberania e globalização. Poder Político e Direito e Instituições. Relações entre Estado e Direito. Legitimidade e legalidade no Estado Constitucional. Teoria da Constituição. Constituição: conceito e natureza. História do Constitucionalismo. Histórico das Constituições Brasileiras. Poder Constituinte. Classificação das Constituições. Normas constitucionais. Aplicabilidade e efetividade da Constituição. Teorias e Métodos da Interpretação Constitucional. Mutações Constitucionais.

OBJETIVO GERAL: Promover a compreensão e o estudo dos fundamentos do Direito Público a partir da Teoria do Estado e da Teoria da Constituição..

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Demonstrar liame entre Teoria do Estado e os estudos da área do Direito

Constitucional.

2. Fornecer conhecimentos básicos para o posterior estudo das disciplinas do Direito Público.

CONTEÚDOS

1. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO: GOVERNO, POVO E TERRITÓRIO.

2. FORMAS DE ESTADO E FORMAS DE GOVERNO.

3. FUNDAMENTOS E FINS DO ESTADO: O PODER DO ESTADO.

4. FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO CONTEMPORÂNEO.

5. LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER POLÍTICO.

6. SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO.

7. REVOLUÇÃO E GOLPE DE ESTADO.

8. DECLARAÇÃO DE DIREITOS, SEPARAÇÃO DE PODERES E FUNÇÕES DO ESTADO

9. ESTADO DE DIREITO E DEMOCRACIA.

10. DIREITO E ESTADO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.

11. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.

1. Conceito, objeto, relações com outras disciplinas.

2. Origem, Formação e Evolução Doutrinária do Direito Constitucional no Brasil, na América Latina e no mundo.

3. O Direito Constitucional do liberalismo.
4. O neoconstitucionalismo. O novo constitucionalismo democrático.

12. O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

1. Aspectos material e formal.
2. Concepções sobre a Constituição (Lassale, Hesse, Schmit e Kelsen). Classificação das Constituições.
3. Supremacia Constitucional.
4. Breves noções e histórico sobre o controle de constitucionalidade.

13. PODER CONSTITUINTE

1. Teoria do Poder Constituinte: Influências doutrinárias.
2. Experiências no Direito alienígena.
3. Titularidade. Limites.
4. Espécies: originário, revisor, reformador e decorrente.

14. TEORIA DA ORDEM CONSTITUCIONAL

1. Distinção entre regras e princípios jurídicos.
2. Classificação das normas constitucionais.
3. Princípios de Interpretação Constitucional.
4. Constituição como elemento matricial do ordenamento jurídico.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende aulas expositivas, seguidas de debates e/ou trabalhos individuais e/ou em grupo a serem realizados em sala e/ou em casa, podendo

ou não ser atribuídos pontos pelas tarefas.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital.
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

Serão realizados em cada período letivo, no mínimo. 2 (duas) avaliações parciais de aprendizagem e uma prova final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. (§ 1º).

Serão dispensados da prova final e considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiveram no cômputo das avaliações parciais de aprendizagem realizadas durante o período letivo, média igual ou superior a 7 (sete). (Art.95, § 1º)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 33. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 23. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

CLÈVE, Clemerson Merlin. *Direito Constitucional Brasileiro: teoria da constituição e direitos fundamentais*. v. 1., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed., Coimbra: Almedina, 2003.

FERREIRA, Gustavo Sampaio Teles. *Federalismo Constitucional e Reforma Federativa: Poder Local e Cidade-Estado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1991.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. (Trad.: de Ellen Gracie Northfleet). Porto Alegre: Fabris, 1988.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC I

CÓDIGO: JFJ0015

CARGA HORÁRIA: 30 h

CRÉDITOS: 2

EMENTA: Elaboração do projeto de trabalho de curso. Levantamento e sistematização de dados. Delimitação do objeto de estudo. Estrutura de apresentação.

OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos à elaboração do projeto de trabalho científico de final de curso nos moldes do Regulamento em vigor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. desenvolver o conteúdo teórico do projeto a ser desenvolvido, mostrando-lhe o que é um trabalho científico, problematização, as metodologias existentes, enfim, todas as informações teóricas necessárias para a construção de um conhecimento científico;
2. fornecer a estrutura do projeto de trabalho científico para a sua elaboração, detalhando cada parte;

Escola de Ciências Jurídicas

3. delimitar tema, problematizar, fazer o primeiro levantamento bibliográfico a fim de serem enviados ao professor conteudista para análise jurídica;
4. elaborar objetivos e metodologia de trabalho, corrigindo cada uma dessas etapas em atendimento individualizado;
5. elaborar a introdução do trabalho científico (monografia, artigo, parecer ou estudo de caso);
6. analisar e corrigir a introdução do projeto;
7. possibilitar a construção do sumário e, conseqüentemente, na elaboração do desenvolvimento e das considerações finais;
8. desenvolver a elaboração do resumo e da organização quanto à forma do artigo;
9. desenvolver a capacidade crítico-reflexiva para a compreensão do texto jurídico;
10. aprimorar o discurso lógico-argumentativo na produção do texto jurídico, seja uma monografia, artigo, parecer ou estudo de caso.

CONTEÚDOS

Unidade 1 - ABORDAGEM DO PROBLEMA

- 1.1. Escolha e delimitação do objeto
- 1.2. Elaboração das questões norteadoras da pesquisa
- 1.3. Objetivos e justificativas
- 1.4. Construção textual

Unidade 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- 2.1. Revisão da literatura jurídica: a discussão teórica
- 2.2. Fontes da pesquisa e técnicas de organização documental
- 2.3. Estruturação do argumento jurídico

Unidade 3 - ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

3.1. Discurso argumentativo

3.2. Reflexão crítica e jurídica

3.3. Normas da ABNT

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

A metodologia de ensino compreende encontros teórico-práticos; orientação e acompanhamento na elaboração do trabalho científico de Direito.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO – RG UNIRIO

Na verificação da aprendizagem do aluno, o professor fará, em cada disciplina, o mais amplo e variado emprego de métodos e técnicas de ensino, devendo o conceito final constituir-se de uma síntese dos resultados obtidos em trabalhos escolares e provas realizadas durante o período letivo, de acordo com as normas fixadas pelo Departamento. (Art.94)

O TCC será avaliado pelo docente da disciplina, em conjunto com o professor da área jurídica. O professor da área jurídica deve enviar os conceitos ao professor de TCC I de acordo com a orientação dada pela Coordenação de TCC. Será atribuída uma avaliação

numérica de 0 a 10, de acordo com o sistema de avaliação adotado pela Universidade.

Nos termos da Seção VI, letra "i", do Regimento para Elaboração de TCC, "Alunos com artigo publicado em periódico com Qualis, no mínimo, B5 podem solicitar aproveitamento de seu trabalho em substituição às 2 (duas) disciplinas de TCC".

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de Direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC). 5. ED. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PATACO, Vera Lúcia Paracampos; VENTURA, Magda; RESENDE, Érica dos Santos. Metodologia para trabalhos acadêmicos e normas de apresentação gráfica. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2006.

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CURRÍCULO 2018

CURSO: DIREITO

DEPARTAMENTO: FUNDAMENTOS

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC II

CÓDIGO: JFJ0028

CARGA HORÁRIA: 30 h

CRÉDITOS: 2

EMENTA: Desenvolvimento e articulação dos diversos componentes do trabalho. Aplicação dos procedimentos metodológicos. Aprofundamento do material coletado. Redação e revisão final do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL: Capacitar os alunos à elaboração do trabalho científico de final de curso nos moldes do Regimento em vigor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

11. Produzir o desenvolvimento de projeto a partir do processo metodológico de trabalho qualificado na disciplina TCC I.
12. Oportunizar a sequência do projeto iniciado no TCC I.
13. Desenvolver projeto considerando princípios e ferramentas da área.
14. Garantir o uso de ferramentas metodológicas (estudo de caso, levantamento

bibliográfico, diálogo de autores, levantamento jurisprudencial etc) que contribuam para o sucesso do projeto;
15. Potencializar o uso do processo metodológico do projeto.

1. UNIDADE 1. METODOLOGIA DE TCC EM DIREITO.

1.1. Contexto e método de projeto;

1.2. Gerência de tempo e prazo.

2. UNIDADE 2. PRINCÍPIOS DE TCC EM DIREITO

2.1. Funções da pesquisa em Direito.

2.2. Ferramentas metodológicas úteis;

3. UNIDADE 3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE TCC EM DIREITO

3.1. Projeto Conceitual;

3.2. Planejamento de trabalho a partir do projeto;

3.3. Projeto em ação.

3.4 Trabalho final

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

Esta disciplina deve ser considerada essencialmente de realização de trabalho final. O foco de sua abordagem deve ser de orientar os alunos de maneira que cada um desenvolva a segunda etapa do TCC. Inicialmente o professor orientador deve considerar as qualificações de cada projeto oportunizando ajustes necessários para que os mesmos iniciem a intervenção prática de seu projeto.

Apoiado no Regimento para a Elaboração de TCC da Escola de Ciências Jurídicas, o professor deve direcionar a utilização e o uso de ferramentas e princípios de Direito

visando o real atendimento de cada realidade de projeto.

RECURSOS

- Artigos de mídia impressa/digital
- Doutrina.
- Quadro e pincel.
- Datashow
- Pesquisas na internet etc.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O trabalho final de TCC será avaliado por Banca Examinadora composta por 3 (três) membros, designados pelo Professor Orientador, em conjunto com o aluno, nos termos da Seção IV, artigo 9^o e incisos do Regimento de Elaboração de TCC.. Será atribuída uma avaliação numérica de 0 a 10, de acordo com o sistema de avaliação adotado pela Universidade.

Nos termos da Seção VI, letra "r", do Regimento para Elaboração de TCC, "Alunos com artigo publicado em periódico com Qualis, no mínimo, B5 podem solicitar aproveitamento de seu trabalho em substituição às 2 (duas) disciplinas de TCC".

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de Direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC). 5. ED. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PATACO, Vera Lúcia Paracampos; VENTURA, Magda; RESENDE, Érica dos Santos. Metodologia para trabalhos acadêmicos e normas de apresentação gráfica. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2006.

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.